

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	8
DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	9
Demonstração do Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	13
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	48

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	51
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	53
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	54

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	109.168
Preferenciais	218.335
Total	327.503
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	29/04/2019	Dividendo	15/05/2019	Ordinária		0,88663
Assembléia Geral Ordinária	29/04/2019	Dividendo	15/05/2019	Preferencial	Preferencial Classe A	1,82455
Assembléia Geral Ordinária	29/04/2019	Dividendo	15/05/2019	Preferencial	Preferencial Classe B	0,88663

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	11.907.321	10.326.500
1.01	Ativo Circulante	2.512.685	854.999
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	299	64
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.160.125	410.822
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	2.160.125	410.822
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	2.160.125	410.822
1.01.03	Contas a Receber	161.641	240.802
1.01.03.01	Clientes	161.641	240.802
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores / RTE e CCEE	161.641	240.802
1.01.07	Despesas Antecipadas	15.248	15.580
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	175.372	187.731
1.01.08.03	Outros	175.372	187.731
1.01.08.03.01	Tributos e Contribuições Compensáveis	61.615	79.203
1.01.08.03.04	Outros	113.757	108.528
1.02	Ativo Não Circulante	9.394.636	9.471.501
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.079.180	3.078.084
1.02.01.04	Contas a Receber	1.361	1.361
1.02.01.04.01	Clientes	1.361	1.361
1.02.01.05	Estoques	4.407	4.302
1.02.01.07	Tributos Diferidos	575.755	579.226
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	575.755	579.226
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	3.755	7.511
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.493.902	2.485.684
1.02.01.10.03	Cauções e Depósitos Vinvulados	544.472	536.254
1.02.01.10.04	Ativo Disponível para Reversão	1.949.430	1.949.430
1.02.03	Imobilizado	6.279.920	6.356.617
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.279.920	6.356.617
1.02.04	Intangível	35.536	36.800
1.02.04.01	Intangíveis	35.536	36.800
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	35.536	36.800

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	11.907.321	10.326.500
2.01	Passivo Circulante	847.093	884.398
2.01.02	Fornecedores	2.825	7.595
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.825	7.595
2.01.03	Obrigações Fiscais	17.936	19.061
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	17.936	19.061
2.01.03.01.02	Tributos e Contribuições Sociais	17.936	19.061
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	205.733	214.556
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	205.733	214.556
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	34.469	4.721
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	171.264	209.835
2.01.05	Outras Obrigações	620.599	643.186
2.01.05.02	Outros	620.599	643.186
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	298.750	298.750
2.01.05.02.05	Encargos Setoriais	142.508	141.742
2.01.05.02.06	Obrigações Estimadas e Folha de Pagamento	36.101	25.211
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	15.426	9.661
2.01.05.02.10	Energia Comprada - CCEE	127.814	167.822
2.02	Passivo Não Circulante	4.114.402	2.340.036
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.779.841	1.080
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.779.841	1.080
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.778.788	33
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.053	1.047
2.02.02	Outras Obrigações	2.334.561	2.338.956
2.02.02.02	Outros	2.334.561	2.338.956
2.02.02.02.05	Encargos Setoriais	35.852	35.852
2.02.02.02.06	Provisão para Riscos Legais	2.154.148	2.156.162
2.02.02.02.07	Obrigações Socioambientais	72.915	72.915
2.02.02.02.08	Outras Obrigações	68.638	74.027
2.02.02.02.11	Obrigações Estimadas e Folha Pagamento	3.008	0
2.03	Patrimônio Líquido	6.945.826	7.102.066
2.03.01	Capital Social Realizado	5.975.433	5.975.433
2.03.02	Reservas de Capital	1.929.098	1.929.098
2.03.04	Reservas de Lucros	554.588	554.588
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	554.588	554.588
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-163.844	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-971.151	-976.752
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-378.298	-380.301

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	355.618	394.173
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-349.882	-121.434
3.03	Resultado Bruto	5.736	272.739
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-158.296	-240.273
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-143.898	-40.215
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-7.763	-17.210
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-6.635	-182.848
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-152.560	32.466
3.06	Resultado Financeiro	-2.212	12.229
3.06.01	Receitas Financeiras	45.481	38.767
3.06.02	Despesas Financeiras	-47.693	-26.538
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-154.772	44.695
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.471	-48.424
3.08.01	Corrente	0	-36.901
3.08.02	Diferido	-3.471	-11.523
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-158.243	-3.729
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-158.243	-3.729
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	-158.243	-3.729
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.003	955
4.02.01	Ajuste CPC 33 (R1)/IAS 19	2.003	955
4.03	Resultado Abrangente do Período	-156.240	-2.774

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	12.302	150.204
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-28.892	324.658
6.01.01.01	Lucro antes dos Impostos Sobre a Renda	-154.772	44.695
6.01.01.02	Depreciação / Amortização	78.510	79.105
6.01.01.03	Atualização de Depósitos de Saldos Judiciais	-2.167	-13.219
6.01.01.04	Juros, Variações Monetárias e Cambiais	34.363	8.219
6.01.01.05	Perda Estimada de Créditos	-253	142
6.01.01.06	Provisão para Riscos Diversos	13.143	199.243
6.01.01.07	Reversão/(Provisão) PIS/COFINS sobre Atualização de Depósitos Judiciais	-81	-811
6.01.01.08	Provisão Ajuste ao Valor Recuperável de Almojarifado	-4.796	-44
6.01.01.09	Prêmio Recuperação Risco Hidrológico	3.755	3.755
6.01.01.10	Baixa de Ativo Imobilizado	34	990
6.01.01.11	Entidade de Previdência a Empregados - CPC 33/IAS 19	3.372	2.583
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	43.782	-141.598
6.01.02.01	Valores a Receber	79.161	-20.190
6.01.02.02	Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	17.588	-1.425
6.01.02.03	Almojarifado	4.691	-231
6.01.02.04	Despesas Pagas Antecipadamente	333	445
6.01.02.05	Cauções e Depósitos Vinculados	-6.051	124.545
6.01.02.06	Outros Créditos	-4.976	6.221
6.01.02.07	Fornecedores	-4.770	-9.208
6.01.02.08	Outros Tributos e Contribuições Sociais	-1.125	35
6.01.02.09	Pagamentos a Entidades de Previdência a Empregados	-1.369	-1.628
6.01.02.10	Energia Comprada - CCEE	-40.008	-113.162
6.01.02.11	Encargos Setoriais	1.110	-20.491
6.01.02.12	Pagamentos de Riscos Legais	-15.157	-69.052
6.01.02.13	Obrigações Estimadas e Folha de Pagamento	13.898	-706
6.01.02.14	Outras Obrigações	457	-36.751
6.01.03	Outros	-2.588	-32.856
6.01.03.01	Juros Pagos de Empréstimos e Financiamentos	-2.588	-4.463
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	0	-28.393
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-583	-4.889
6.02.01	Aquisições para o Imobilizado	-100	-4.082
6.02.02	Adições ao Intangível	-483	-807
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.737.819	-32.387
6.03.01	Empréstimos e Financiamento - Captação	1.777.982	0
6.03.02	Empréstimos e Financiamento - Amortização	-40.163	-32.387
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.749.538	112.928
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	410.886	310.536
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.160.424	423.464

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.975.433	1.929.098	554.588	0	-1.357.053	7.102.066
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.975.433	1.929.098	554.588	0	-1.357.053	7.102.066
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-158.243	2.003	-156.240
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-158.243	0	-158.243
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	2.003	2.003
5.05.03.02	Ajuste CPC (R1) em 31 de março de 2019	0	0	0	0	2.003	2.003
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-5.601	5.601	0
5.06.04	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial (Depreciação)	0	0	0	-5.601	5.601	0
5.07	Saldos Finais	5.975.433	1.929.098	554.588	-163.844	-1.349.449	6.945.826

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.975.433	1.929.098	578.348	0	-1.368.314	7.114.565
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.975.433	1.929.098	578.348	0	-1.368.314	7.114.565
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.729	955	-2.774
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.729	0	-3.729
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	955	955
5.05.03.02	Ajuste CPC 33 (R1) em 31 de março de 2018	0	0	0	0	955	955
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-5.051	5.051	0
5.06.04	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial (Depreciação)	0	0	0	-5.051	5.051	0
5.07	Saldos Finais	5.975.433	1.929.098	578.348	-8.780	-1.362.308	7.111.791

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
7.01	Receitas	422.414	461.241
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	422.161	461.383
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	253	-142
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-277.367	-50.016
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-14.101	-12.628
7.02.04	Outros	-263.266	-37.388
7.02.04.01	Encargos ONS/CCEE	-238	-243
7.02.04.02	Energia Comprada e Encargos Setoriais	-268.061	-4.594
7.02.04.03	Outros Custos Operacionais	5.033	-32.551
7.03	Valor Adicionado Bruto	145.047	411.225
7.04	Retenções	-78.510	-79.105
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-78.510	-79.105
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	66.537	332.120
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.524	-193.711
7.06.02	Receitas Financeiras	45.481	38.767
7.06.03	Outros	-41.957	-232.478
7.06.03.01	Variações Cambiais Líquidas	-11.699	-18.737
7.06.03.02	Entidade de Previdência a Empregados - CPC 33/IAS 19	-3.372	-2.583
7.06.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-3.471	-11.523
7.06.03.04	Provisão para Riscos Legais	-11.016	-182.635
7.06.03.05	Reversão de Provisão par Redução ao Valor Realizável de Almoarifado	-4.796	-44
7.06.03.06	Provisão PIS/COFINS sobre Atualização Depósitos Judiciais	-81	0
7.06.03.07	Outras (Despesas)/Receitas Líquidas	-7.522	-16.956
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	70.061	138.409
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	70.061	138.409
7.08.01	Pessoal	136.147	23.857
7.08.01.01	Remuneração Direta	136.147	23.857
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	26.198	81.712
7.08.02.01	Federais	26.164	81.681
7.08.02.02	Estaduais	34	31
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	65.959	36.569
7.08.03.01	Juros	35.994	7.801
7.08.03.02	Aluguéis	714	890
7.08.03.03	Outras	29.251	27.878
7.08.03.03.02	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	12.608	12.933
7.08.03.03.03	Reserva Global de Reversão - RGR	12.308	10.279
7.08.03.03.04	Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	3.551	3.936
7.08.03.03.05	Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	784	730
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-158.243	-3.729
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-158.243	-3.729

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

Este período encerrado em março de 2019 foi o primeiro trimestre completo de gestão da nova administração que assumiu a CESP em 11 de dezembro de 2018, a partir da venda das ações de controle da Companhia em leilão de privatização ocorrido em outubro de 2018.

Neste trimestre geramos 2.328 GWh ou 1.077 MW médios de energia, com um índice de disponibilidade de 93,7%, consistentemente acima dos valores de referência estabelecidos pela ANEEL e 7% superior à garantia física da CESP no encerramento do período.

A partir desta geração de energia, as receitas operacionais no 1º trimestre de 2019 alcançaram R\$ 422,2 milhões, com redução de 8,5% em relação ao mesmo período de 2018, ocorrido, basicamente, pelo decréscimo no suprimento de energia a agentes comercializadores e venda de energia na CCEE, em contraposição ao aumento no fornecimento de energia (Nota 22.3).

As deduções à receita operacional permaneceram em linha com o mesmo período do ano anterior e totalizaram R\$ 66,5 milhões. A Receita Operacional Líquida totalizou R\$ 355,6 milhões.

O Custo do Serviço de Energia Elétrica totalizou R\$ 349,9 milhões, segmentado nos itens Custo com Energia Elétrica e Custo com Operação (Nota 23). O Custo com Energia Elétrica registrou R\$ 251,2 milhões, decorrente, principalmente, da despesa com energia comprada para revenda. O Custo com Operação aumentou 11,6% em relação ao primeiro trimestre do ano anterior, totalizando R\$ 98,6 milhões.

O principal fator para o incremento do Custo com Energia Elétrica neste trimestre comparado ao mesmo período do ano passado deve-se ao aumento de R\$ 236,8 milhões de energia comprada, em linha com a nova estratégia de sazonalização e comercialização adotada pela Companhia. Vale ressaltar a esse respeito que desde 11 de dezembro de 2018, data que a nova administração assumiu a gestão da Companhia até o final deste 1º trimestre de 2019, foram adquiridos, em termos líquidos, 151 MW médios de energia para o ano de 2019, com o objetivo principal de reduzir a exposição ao risco hidrológico. Em decorrência, a Companhia registrou um Lucro Bruto de R\$ 5,7 milhões no 1º trimestre de 2019.

As Despesas Gerais e Administrativas totalizaram R\$ 143,9 milhões, decorrente, principalmente, da rubrica PDV - Programa de demissão voluntária e dos respectivos pagamentos de verbas rescisórias, registradas na despesa com pessoal (Nota 23). As Outras Despesas Operacionais reduziram 96,4% e totalizaram R\$ 6,6 milhões (Nota 23), reflexo, principalmente, de menor impacto no total de provisão para riscos legais. As Outras Despesas e Receitas Líquidas totalizaram R\$ 7,8 milhões, com redução de 54,9% em relação ao 1º trimestre de 2018.

O EBITDA Ajustado pelas provisões para riscos legais totalizou R\$ 60,9 milhões negativo, conforme adiante demonstrado, reiterando que o PDV acima mencionado representou um gasto de R\$ 102,5 milhões neste trimestre.

O Resultado Financeiro (Nota 24) alcançou R\$ 2,2 milhões negativos. As Receitas Financeiras, de R\$ 45,5 milhões, decorrem, principalmente, dos rendimentos de aplicações financeiras e receita com variação cambial. Os Encargos de Dívidas e Outras Despesas Financeiras totalizaram R\$ 36,0 milhões, motivado, principalmente, pelos encargos das debêntures 11ª emissão (nota 15.1 (a)). As despesas com Variações Cambiais alcançaram R\$ 11,7 milhões, impactada pela desvalorização do real frente ao dólar norte americano no primeiro trimestre de 2019.

A Companhia registrou Prejuízo antes dos impostos de R\$ 154,8 milhões. Após a apropriação do Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, a Companhia apurou Prejuízo de R\$ 158,2 milhões.

A CESP está vivendo um período de intensa transformação, com desafios e enormes oportunidades, visando uma gestão direta, pragmática e com foco na geração contínua e sustentável de valor. Em 31 de março de 2019, as ações preferenciais Classe B (CESP6), que representam 64,4% do capital total da Companhia e a classe de ações com maior liquidez diária média, estavam cotadas a R\$ 24,14, uma valorização de 10,7% durante o 1º trimestre do ano.

Comentário do Desempenho

Indicadores Econômico-Financeiros

Referências	31.03.2019	31.03.2018	Var.
Preço Médio - R\$ por MWh.....	200,71	192,32	4,4%
Margem Operacional (%).....	1,6%	68,5%	-97,6%
Variação do Dólar (%).....	0,6%	0,5%	+0,1 pp
Liquidez/Endividamento/VPA	31.03.2019	31.03.2018	Var.
Endividamento do Ativo.....	0,42	0,36	16,8%
Participação de Capital de Terceiros.....	0,45	0,55	-17,5%
Liquidez Corrente.....	2,97	1,40	112,3%
Valor Patrimonial da Ação (R\$).....	21,21	21,72	-2,33%

Demonstração do LAJIR (EBIT) / LAJIDA (EBITDA) (Instrução CVM nº 527, de 14 de outubro de 2012)

	31.03.2019	31.03.2018	Var.
Prejuízo do período	(158.243)	(3.729)	4143,6%
Imposto de renda e Contribuição social.....	3.471	48.424	-92,8%
Resultado financeiro.....	2.212	(12.229)	-118,1%
= EBIT / LAJIR	(152.560)	32.466	-569,9%
Depreciação / Amortização.....	78.510	79.105	-0,8%
= EBITDA / LAJIDA	(74.050)	111.571	-166,4%
PDV – Programa de demissão voluntária.....	102.504	-	nm
Provisão para riscos legais.....	13.143	199.243	-93,4%
= EBITDA / LAJIDA AJUSTADO	41.597	310.814	-86,6%

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018

1. CONTEXTO OPERACIONAL

(Dados relacionados à potência e volumes de energia não foram revisados pelos auditores independentes)

1.1 Contexto Operacional

A CESP – Companhia Energética de São Paulo ("CESP" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade de São Paulo. Desde 2018 passou a ser uma Companhia privada, decorrente da mudança de controlador para a VTRM Energia Participações S.A. e a SF Ninety Two Participações Societárias S.A por meio de leilão de compra e venda de ações ON que pertenciam ao Estado de São Paulo e autarquias e empresas sob seu controle. Tem como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de geração e comercialização de energia elétrica. Mantém outras atividades operacionais, de caráter complementar, tais como florestamento, reflorestamento e piscicultura, como meio de proteger os ambientes modificados pela construção de seus reservatórios e instalações.

As ações da Companhia são negociadas na B3 e, desde 28 de julho de 2006, passaram a ser negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa. Como consequência, a Administração da Companhia vem continuamente aperfeiçoando a prestação de informações ao mercado.

A Companhia, atualmente, possui três usinas de geração hidrelétrica que operam no regime de preço e está com 1.654,6 MW de capacidade instalada e 1.002,6 MW médios de garantia física de energia.

Após assinatura do novo contrato de concessão da UHE Porto Primavera, a CESP passará de concessionária de serviço público de geração de energia elétrica para concessionária de produção independente de energia elétrica, e continuará a ter suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia ("MME"); operando suas usinas de forma integrada com o ONS (Nota 28). A produção por usina decorre de despacho efetuado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"), podendo ser visualizada no quadro de produção bruta, abaixo (informações quantitativas não revisadas pelos auditores independentes):

Produção Bruta em MWh				
Usinas	2019		2018	
	1º Trim.	Acumulado	1º Trim.	Acumulado
Porto Primavera	2.302.154	2.302.154	2.440.680	2.440.680
Paraibuna	22.718	22.718	49.212	49.212
Jaguari	2.710	2.710	5.759	5.759
Total	2.327.582	2.327.582	2.495.651	2.495.651

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das Demonstrações Intermediárias em 13 de maio de 2019.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações intermediárias de 31 de março de 2019 foram preparadas tomando-se por base as disposições do CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e da norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), aplicáveis à preparação das Informações Trimestrais – ITR, e que estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM. Assim, portanto, estas Informações Trimestrais consideram o Ofício Circular CVM/SNC/SEP 003

Notas Explicativas

de 28 de abril de 2011, o qual permite que as entidades apresentem notas explicativas selecionadas, nos casos de redundância de informações já divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais.

As demonstrações intermediárias de 31 de março de 2019, portanto, não incorporam todas as notas e as divulgações exigidas pelas normas para as demonstrações financeiras anuais e, conseqüentemente, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2018, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board – IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão.

2.1 Reclassificação das despesas com Entidade de previdência a empregados

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava as despesas com Entidade de previdência a empregados reflexo da adoção do CPC 33/ IAS 19 como Custo com operação na Demonstração do Resultado. A partir de 1º de janeiro de 2019, a Administração entende que para o parque gerador de energia atual da CESP, os valores tratados anteriormente como “Custo com operação”, enquadram-se melhor em “Despesas gerais e administrativas”. Os períodos comparativos foram alterados para refletir a reclassificação.

	(Original) 31.03.2018	Reclassificação	(Revisado) 31.03.2018
RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>394.173</u>		<u>394.173</u>
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Custo com energia elétrica.....	<u>(33.012)</u>		<u>(33.012)</u>
Custo com operação.....	<u>(91.005)</u>	<u>(2.583)</u>	<u>(88.422)</u>
	(124.017)	(2.583)	(121.434)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	<u>270.156</u>	<u>(2.583)</u>	<u>272.739</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas.....	(37.632)	2.583	(40.215)
Outras despesas operacionais.....	(182.848)	-	(182.848)
Outras (despesas) receitas líquidas.....	<u>(17.210)</u>	<u>-</u>	<u>(17.210)</u>
	<u>(237.690)</u>	<u>2.583</u>	<u>(240.273)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>32.466</u>	<u>-</u>	<u>32.466</u>

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações intermediárias foram preparadas de forma consistente com as políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras anuais referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

3.1 Principais julgamentos contábeis e fontes de incerteza nas estimativas

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

Não houve alteração nas estimativas e premissas que apresentasse risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis dos ativos e passivos para o exercício social corrente, em relação àquelas detalhadas nas últimas demonstrações financeiras anuais referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Notas Explicativas

4. ADOÇÃO DE NOVOS PRONUNCIAMENTOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO IASB E CPC E NORMAS PUBLICADAS AINDA NÃO VIGENTES

A seguir apresentamos os novos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019:

Norma	Requerimento
<p>Interpretação IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda</p>	<p>A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre a renda quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afete a aplicação da IAS 12, e não se aplica a impostos ou exações alheias ao âmbito da IAS 12, nem inclui, de forma específica, as exigências relativas a juros e multas associadas a incertezas no tratamento aplicável aos tributos. A Interpretação aborda especificamente as seguintes questões:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se uma entidade considera incertezas quanto a tratamentos fiscais de forma separada; • Os pressupostos adotados por uma entidade quanto ao exame dos tratamentos tributários por parte do Fisco; • De que forma uma entidade apura seu lucro tributável (prejuízo fiscal), bases de cálculo dos tributos, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários não utilizados e alíquotas de imposto; e • De que maneira uma entidade trata de mudanças nos fatos e circunstâncias <p>Uma entidade deve determinar se deve considerar cada incerteza quanto ao tratamento fiscal separadamente ou em conjunto com uma ou mais incertezas em tratamentos fiscais. Deve ser adotada a abordagem que melhor prediz a resolução da incerteza. A interpretação passou a vigorar para os períodos de apresentação de relatório anual iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, estando disponíveis alguns facilitadores para a transição.</p>
<p>IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil</p>	<p>A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, IFRIC 4 Como determinar se um acordo contém um arrendamento, SIC-15 Arrendamentos operacionais – Incentivos e SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento. A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17.</p> <p>A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.</p> <p>A IFRS 16 entrou em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.</p>

A Administração da Companhia avaliou os impactos das normas acima emitidas e sua adoção não provocou impactos nas suas Demonstrações Intermediárias. Em relação ao IFRS 16, os contratos de locação da sede e de Presidente Epitácio não provocaram impactos, pois o local da sede da Companhia irá alterar até meados de 2019 e o contrato de Presidente Epitácio não foi considerado como contendo um arrendamento em virtude de seu baixo valor. Adicionalmente, a Administração, informou que o pessoal lotado em Presidente Epitácio será realocado para a usina Porto Primavera em 2019.

Notas Explicativas

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Tipo de Aplicação</u>	<u>31.03.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Caixa			
Depósitos bancários à vista.....		299	64
Aplicações Financeiras			
Banco do Brasil.....	CDB / CDI	219.621	167.162
Bradesco.....	CDB / CDI	1.647.345	80.152
Itaú.....	CDB / CDI	57.435	80.283
Santander.....	CDB / CDI	232.635	80.168
Outras instituições.....	CDB / CDI	3.089	3.057
		<u>2.160.125</u>	<u>410.822</u>
		<u>2.160.424</u>	<u>410.886</u>

As aplicações são remuneradas entre 96% e 98% (95% e 100% em 31.12.2018) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

6. VALORES A RECEBER

	<u>31.03.2019</u>			<u>31.12.2018</u>	
	<u>Vincendos</u>	<u>Vencidos há mais de 90 dias</u>	<u>(-) Provisão</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Consumidores					
Industrial.....	61.408	4.172	(4.172)	61.408	79.002
Revendedores					
Agentes comercializadores.....	37.467	-	-	37.467	43.765
Leilões de energia.....	54.780	-	-	54.780	56.460
Suprimento - quotas.....	-	2.036	(2.036)	-	-
	<u>92.247</u>	<u>2.036</u>	<u>(2.036)</u>	<u>92.247</u>	<u>100.225</u>
	<u>153.655</u>	<u>6.208</u>	<u>(6.208)</u>	<u>153.655</u>	<u>179.227</u>
Energia Livre / CCEE					
Energia Livre (RTE).....	-	13.712	(13.712)	-	-
Liquidação - CCEE.....	7.986	-	-	7.986	61.575
	<u>7.986</u>	<u>13.712</u>	<u>(13.712)</u>	<u>7.986</u>	<u>61.575</u>
Total.....	<u>161.641</u>	<u>19.920</u>	<u>(19.920)</u>	<u>161.641</u>	<u>240.802</u>

Notas Explicativas**7. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS**

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Circulante		
Imposto de renda a compensar.....	2.676	36.338
Contribuição social sobre o lucro a compensar.....	109	14.647
Saldo negativo de imposto de renda.....	42.338	26.553
Saldo negativo de contribuição social.....	14.822	16
Cofins a compensar.....	1.411	1.395
PIS a compensar.....	259	254
	<u>61.615</u>	<u>79.203</u>

8. OUTROS CRÉDITOS

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Circulante		
Créditos de alienação de bens e direitos.....	1.768	1.811
Créditos diversos.....	34.136	33.834
(-) Perda estimada de créditos.....	(32.529)	(32.782)
Ordens de projetos - P & D (*).....	107.099	102.550
Outros.....	4.242	4.074
(-) Perda estimada de créditos.....	(959)	(959)
	<u>113.757</u>	<u>108.528</u>
Não Circulante		
Bens destinados a alienação.....	1.361	1.361
Total.....	<u>115.118</u>	<u>109.889</u>

(*) Os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e, quando da conclusão do projeto, compensados com o passivo (Nota 17d) registrado para este fim.

9. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Não Circulante		
Depósitos Judiciais		
Ações cíveis.....	337.049	336.061
Ações trabalhistas - recursais.....	100.109	94.321
Ações tributárias.....	29.234	29.329
Ações ambientais.....	41.088	40.812
Ações de desapropriações - Usinas CESP.....	31.243	31.126
Outros depósitos judiciais.....	4.272	3.144
	<u>542.995</u>	<u>534.793</u>
Cauções		
Depósitos vinculados - CCEE.....	1.213	1.197
Depósitos vinculados - ANEEL.....	264	264
	<u>1.477</u>	<u>1.461</u>
Total.....	<u>544.472</u>	<u>536.254</u>

Notas Explicativas**10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS****Composição dos saldos:**

	ATIVO (A)		PASSIVO (B)		LÍQUIDO ATIVO (A - B)	
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
Imposto de renda						
Prejuízos fiscais registrados	100.209	100.209	-	-	100.209	100.209
Prejuízos fiscais (não registrados).....	682.533	641.144	-	-	682.533	641.144
Diferenças temporárias (não registradas):						
Provisões para riscos legais.....	440.757	441.255	-	-	440.757	441.255
Provisão Impairment - CPC 01.....	728.642	728.642	-	-	728.642	728.642
Provisão UHE Três Irmãos (Parcela Ativo Regulatório).....	136.880	136.880			136.880	136.880
Provisão compra de energia CCEE.....	23.963	23.963			23.963	23.963
Outras Provisões.....	45.502	45.559	-	-	45.502	45.559
CPC 33 Entidade de previdência a empregados	-	-	101.628	101.628	(101.628)	(101.628)
Ajuste do imobilizado - custo atribuído (ICPC 10).....	367.860	369.981	-	-	367.860	369.981
Atualização de saldo de depósitos judiciais	-	-	50.046	49.615	(50.046)	(49.615)
	<u>2.526.346</u>	<u>2.487.633</u>	<u>151.674</u>	<u>151.243</u>	<u>2.374.672</u>	<u>2.336.390</u>
Contribuição social						
Base negativa registrada	43.320	43.320	-	-	43.320	43.320
Base negativa (não registrada).....	180.424	165.525	-	-	180.424	165.525
Diferenças temporárias (não registradas):						
Provisões para riscos legais.....	158.672	158.852	-	-	158.672	158.852
Provisão Impairment - CPC 01.....	262.311	262.311	-	-	262.311	262.311
Provisão UHE Três Irmãos (Parcela Ativo Regulatório).....	49.277	49.277			49.277	49.277
Provisão compra de energia CCEE.....	8.627	8.626			8.627	8.626
Outras Provisões.....	16.381	16.401	-	-	16.381	16.401
CPC 33 Entidade de previdência a empregados	-	-	36.586	36.586	(36.586)	(36.586)
Ajuste do imobilizado - custo atribuído (ICPC 10).....	132.429	133.193	-	-	132.429	133.193
Atualização de saldo de depósitos judiciais	-	-	18.017	17.862	(18.017)	(17.862)
	<u>851.441</u>	<u>837.505</u>	<u>54.603</u>	<u>54.448</u>	<u>796.838</u>	<u>783.057</u>
Provisão sobre créditos tributários não registrados.....	(2.733.969)	(2.678.435)	(138.214)	(138.214)	(2.595.755)	(2.540.221)
	<u>643.818</u>	<u>646.703</u>	<u>68.063</u>	<u>67.477</u>	<u>575.755</u>	<u>579.226</u>

As estimativas de realização dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e provisões temporariamente não dedutíveis (do quadro acima) estão respaldadas nas projeções de lucros fiscais tributáveis da Companhia, que são revisadas periodicamente e aprovadas pelos órgãos da Administração. Essas projeções baseiam-se em premissas e o resultado final realizado pode divergir do projetado.

Abaixo demonstramos a realização do prejuízo fiscal e base negativa:

Exercício	Exercícios							Total
	2019	2020	2021	2022	2023	2024 a 2026	2027 e 2028	
Prejuízo fiscal e base negativa	9.129	5.406	692	27.620	17.575	44.574	38.533	143.529

O imposto de renda e a contribuição social sobre o custo atribuído tem as realizações conforme a depreciação dos bens calculadas com base nas taxas definidas pela ANEEL. Abaixo demonstramos a realização do IR/CS diferidos sobre custo atribuído:

Exercício	Exercícios							Total
	2019	2020	2021	2022	2023	2024 a 2026	2027 e 2028	
Ajuste do imobilizado - custo atribuído (ICPC 10)	9.128	12.342	14.037	17.056	17.056	51.169	51.169	500.289

Notas Explicativas

11. ATIVO DISPONÍVEL PARA REVERSÃO

Composição do ativo disponível para reversão	31.03.2019	31.12.2018
Ativo disponível para reversão.....	6.337.256	6.337.256
Ajuste para <i>impairment</i>	(1.995.310)	(1.995.310)
Ajuste ativo contingente.....	(2.392.516)	(2.392.516)
Total provisões.....	(4.387.826)	(4.387.826)
Ativo disponível para reversão (líquido).....	1.949.430	1.949.430

A Medida Provisória 579, de 11 de setembro de 2012 (convertida na Lei nº 12.783/2013), tratou das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Por esta Medida Provisória o Governo Federal, na condição de Poder Concedente, ofereceu à CESP a antecipação, para janeiro de 2013, da renovação das concessões das usinas de Ilha Solteira e Jupuí, vencíveis em 07 de Julho de 2015, desde que aceitas determinadas condições de comercialização da energia dessas usinas. O mesmo tratamento foi estendido para a Usina Três Irmãos, cujo vencimento do primeiro período de concessão havia ocorrido em novembro de 2011.

As condições estabelecidas se referiam a novas receitas a serem auferidas pela Companhia para operação dessas usinas, e de valores de indenização para os ativos ainda não amortizados, relativos ao projeto básico. Estabeleceu também que as usinas cujas renovações antecipadas não fossem aceitas seriam licitadas ao término das concessões.

Os acionistas da CESP, reunidos em assembleia realizada em 03 de dezembro de 2012, decidiram pela não renovação das concessões na forma oferecida pela MP. Com essa decisão, a CESP continuou a operar as Usinas de Ilha Solteira e Jupuí até o termo final da concessão, o que se deu em 07 de julho de 2015. A Usina Três Irmãos, à época tinha sua operação conjunta com a Usina de Ilha Solteira, foi operada pela CESP conforme normatização do Poder Concedente.

11.1 UHE Três Irmãos

O Ministério de Minas e Energia – MME, na condição de Poder Concedente e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL publicaram os seguintes documentos relativos à UHE Três Irmãos:

- Portaria MME nº 32, de 5 de março de 2013 – define os montantes de garantia física de energia da usina em 217,5 MW (megawatts) médios.
- Portaria MME nº 117, de 5 de abril de 2013 – Aprova os termos e as condições para a prestação do serviço de geração de energia elétrica por meio de usina hidrelétrica, cuja concessão não tenha sido prorrogada nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e do Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, com vistas a garantir a continuidade do serviço.
- Portaria MME nº 125, de 17 de abril de 2013 – Designa a CESP como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica da usina. Define que a Prestação do Serviço dar-se-á até a assunção do concessionário vencedor da licitação. Estabelece o Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG, o qual será utilizado para a definição da Receita Anual de Geração – RAG inicial, bem como aplica à Prestação do Serviço a legislação e a regulamentação relativas à exploração de potenciais hidráulicos, para fins de geração de energia elétrica em regime de cotas.
- Resolução Homologatória ANEEL nº 1.518 de 30 de abril de 2013 – Define a Receita Anual de Geração – RAG da usina para o exercício de 18 de abril à 30 de junho de 2013.
- Resolução Homologatória ANEEL nº 1.521 de 30 de abril de 2013 – Define a alocação de cotas de garantia física da usina, que deverão ser contratadas pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica a partir de 18 de abril de 2013.
- Portaria MME nº 214, de 14 de junho de 2013, alterada pela Portaria MME nº 33, de 28 de janeiro de 2014 – determina que a ANEEL deverá promover em março de 2014, direta ou indiretamente, Leilão para Licitação de Concessão da Usina Hidrelétrica Três Irmãos e consequente alocação em cotas de sua Garantia Física de Energia e de Potência.

Notas Explicativas

Decorrente dos dispositivos acima e, em especial, da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.521 de 30 de abril de 2013, em 17 de abril de 2013 ocorreu o término da exploração econômica da UHE Três Irmãos pela venda de sua garantia física de energia pelo regime de preço.

No quarto trimestre de 2013 foram realizadas diversas reuniões com a participação da Administração e técnicos da Companhia com o Ministério de Minas e Energia – MME e com a Empresa de Pesquisa Energética – EPE. Foram discutidos detalhadamente a composição dos valores da usina pelos cálculos da CESP e EPE e esgotados os entendimentos na esfera administrativa.

Em 27 de março de 2014, o Ministério de Minas e Energia – MME, em conjunto com o Ministério da Fazenda – MF, publicou a Portaria Interministerial nº 129, definindo o valor da indenização em R\$ 1.717.362 (referido a junho/2012) e o respectivo pagamento em parcelas mensais, no prazo de 7 anos e carência mínima de 90 dias para efetuar o primeiro pagamento. Condição o pagamento ao envio pela CESP de declaração constante no Anexo I da Portaria para recebimento da indenização. No entanto, o envio da declaração implicaria no reconhecimento, por parte da Companhia, de que o valor de indenização estabelecido no Anexo I era suficiente para a cobertura do montante da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, não restando quaisquer valores a pleitear com relação à concessão nele indicada ou à forma de recebimento da indenização de que tratava esta Portaria.

Em 7 de abril de 2014 a Companhia enviou ofício para o Ministério de Minas e Energia – MME, manifestando OPOSIÇÃO à Portaria Interministerial nº 129/MME/MF em relação a (i) o valor de indenização a ser paga referente à UHE Três Irmãos; (ii) o pagamento da indenização em parcelas mensais, a ser efetuado no prazo de 7 anos; e (iii) o dever de firmar declaração que implica em reconhecimento, por parte da CESP, de que o valor estabelecido na Portaria é suficiente para a cobertura do montante da parcela de investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, não restando quaisquer valores a pleitear com relação à concessão ou à forma de recebimento da indenização.

A Administração da Companhia entende que é seu direito receber o montante registrado e de acordo com os termos de seu Contrato de Concessão, continuará a discuti-lo judicialmente. Dada a existência de um ativo contingente e em atendimento ao CPC 25, que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia constituiu ajuste para redução ao valor recuperável, em dezembro de 2013, de R\$ 1.811.718 (valor controverso), ajustando o valor de indenização proposto pelo Poder Concedente (valor incontroverso):

Indenização da Administração.....	3.529.080
Ajuste ativo contingente - UHE Três Irmãos (*).....	<u>(1.811.718)</u>
Valor líquido (incontroverso).....	<u>1.717.362</u>

(*) Composição do ajuste ativo contingente – UHE Três Irmãos em 2013

	Demonstração do Resultado		Patrimônio Líquido
	Provisão	Imposto de renda e Contribuição social Diferidos	Realização do Ajuste de avaliação patrimonial
Parcela do ativo regulatório.....	547.520	-	-
Parcela da mais valia (IFRS).....	1.264.198	429.827	834.371
Provisão ativo contingente.....	<u>1.811.718</u>	<u>429.827</u>	<u>834.371</u>

Em 9 de julho de 2014, a Companhia ingressou na Justiça Federal, em Brasília, com Ação de Procedimento Ordinário com Pedido de Tutela Antecipada, em face da União, pleiteando o recebimento de indenização pelos investimentos ainda não amortizados, em vista da reversão dos bens e instalações da Usina Três Irmãos.

Nos autos da ação judicial, em despacho datado de 29 de julho de 2014, o juízo indeferiu o pedido liminar requerido pela CESP, voltado ao pagamento imediato de valor incontroverso, que monta a R\$ 1.717.362. A CESP adotou medidas para reverter a decisão por meio do recurso cabível, mas não obteve êxito na ocasião. Após a apresentação de contestação pela UNIÃO, em 28 de novembro de 2014, foi proferida nova decisão deferindo, em parte, a liminar pleiteada, para suspender a cláusula de renúncia (parágrafo único, art. 3º da Portaria MME/MF n. 129/2014, de 28/03/2014), e determinar que a União processasse o requerimento administrativo de pagamento do valor incontroverso parceladamente, sem prejuízo da discussão judicial do montante total devido. Tal decisão, contudo, foi suspensa pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região em razão de recurso interposto pela União, por meio de decisão confirmada pelo STJ, que manteve o indeferimento do pedido de antecipação de tutela recursal.

Notas Explicativas

O juízo deferiu em 09 de setembro de 2015 a produção de perícia de engenharia solicitada pela CESP, sendo que a perícia teve início "in loco" na segunda quinzena do mês de abril de 2017.

Em dezembro de 2015, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 596/2013 a CESP encaminhou as diferenças entre o Projeto Básico e o Projeto Executivo dessa usina.

Em 01/08/2018, o perito apresentou o laudo resultante de seu trabalho, complementando-o em 07/08/2018. Quando disponibilizada a vista do laudo às partes, os seus assistentes técnicos terão o prazo de 15 dias úteis para apresentar suas impugnações e/ou complementos ao trabalho técnico.

Em 29 de fevereiro de 2016 houve decisão favorável ao ingresso do Estado de São Paulo na lide como interessado, com base no art. 5º, § único da Lei nº 9.469/97.

Em 09 de outubro de 2018 o juízo determinou a intimação da CESP para se manifestar sobre o laudo pericial.

Em 16 de outubro de 2018, o juízo deferiu o pedido de prorrogação de 30 dias no prazo da CESP para apresentar sua manifestação ao laudo pericial.

Em 18 de outubro de 2018 a CESP requereu a juntada do comprovante de depósito judicial do valor relativo à terceira e última parcela dos honorários periciais.

Operação da Usina – período de transição

Quanto à operação da usina, em 10 de setembro de 2014, com interveniência do Fundo de Investimentos em Participações Constantinopla e de Furnas Centrais Elétricas S/A, a TIJOÁ Participações e Investimentos S/A assinou com o Ministério de Minas e Energia – MME, o contrato de concessão para geração de energia elétrica na Usina Hidrelétrica Três Irmãos, com 30 dias de operação assistida e com início de vigência em 10 de outubro de 2014, pelo prazo de 30 anos. Portanto, desde 10 de outubro de 2014, a responsabilidade pela concessão da UHE Três Irmãos é da TIJOÁ Participações.

Em 1º de outubro de 2014, a CESP assinou com a TIJOÁ Participações, contrato de prestação de serviços de operação e manutenção na UHE Três Irmãos e instalações associadas com prazo de duração de 6 meses, a contar do início da vigência em 10 de outubro de 2014, cujo objetivo era viabilizar a assunção, pela TIJOÁ, da operação completa, de forma ordenada. Este contrato foi encerrado em 09 de abril de 2015.

Em 16 de outubro de 2014, a TIJOÁ Participações assinou com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, contrato para operação e manutenção das eclusas de Três Irmãos e do Canal de Pereira Barreto, no Rio Tietê, no Estado de São Paulo.

11.2 UHEs Ilha Solteira e Jupia

O Ministério de Minas e Energia – MME, na condição de Poder Concedente e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL publicaram os seguintes documentos relativos as UHEs de Ilha Solteira e Jupia:

- Portaria Interministerial MME/MF nº 580, de 1 de novembro de 2012, alterada pela Portaria nº 602 de mesma data, definindo o valor de R\$ 21.886.060,00 a título de indenização para a concessão de geração de energia elétrica da UHE Ilha Solteira;
- Portaria MME nº 123, de 14 de abril de 2015, alterada pelas Portarias MME nº 384, de 18 de agosto de 2015 e nº 429, de 11 de setembro de 2015, onde estabelece diretrizes para o leilão das concessões das usinas hidrelétricas já amortizadas;
- Portaria MME nº 218, de 15 de maio de 2015, retificada pela Portaria nº 300 de 24 de junho de 2015 e pela Portaria nº 454 de 24 de setembro de 2015, determinando que o leilão para escolha do novo operador das UHEs Ilha Solteira e Jupia seja realizado em 6 de novembro de 2015. Esse leilão foi postergado, tendo sido realizado em 25 de novembro de 2015.
- Portaria MME nº 256, de 11 de junho de 2015, designando a CESP como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica das Usinas Hidrelétricas Ilha Solteira e UHE Jupia, a partir de 8 de julho de 2015, até a assunção do concessionário vencedor da licitação das Usinas Hidrelétricas, sendo remunerada pelo Regime de Cotas.
- Em 8 de julho de 2015, ocorreu o término da exploração econômica das UHEs Ilha Solteira e Jupia pela venda de sua garantia física de energia pelo regime de preço. A Companhia depreciou as usinas até junho de 2015 e as reclassificou pelo valor residual contábil do ativo imobilizado, para a rubrica "Ativo Disponível para Reversão".
- Em 28 de julho de 2015, através da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.924 a ANEEL homologou o cálculo da RAG Inicial de Usinas Hidrelétricas, em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783/2013, para o período de julho de 2015 a junho de 2016 definido na Nota Técnica nº 180/2015SGT/ANEEL – Superintendência de Gestão Tarifária.

Notas Explicativas

- Em 18 de agosto de 2015, com a edição da Medida Provisória nº 688, de 18 de agosto de 2015, convertida na Lei nº 13.203/2015, de 8 de dezembro de 2015, foi introduzido o pagamento de bonificação pela outorga das concessões de energia elétrica a partir do leilão realizado em 25 de novembro de 2015. Esta MP, dispôs sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, e alterou outras leis setoriais.
- Resolução nº 2, de 18 de setembro de 2015, do CNPE – Conselho Nacional de Política Energética em que estabelece os parâmetros técnicos e econômicos das licitações de concessões de geração de energia elétrica.
- Em 1 de outubro de 2015, o MME – Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria nº 458, em que definiu o valor de R\$ 2.027.810,00 como indenização da UHE Ilha Solteira, relativo ao projeto básico, nos termos da MP nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, referenciados a preços de junho de 2015, considerando a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação das instalações e até 30 de junho de 2015. Para a UHE Jupuíá, o Governo Federal considera que não há valor a indenizar.
- Em 9 de outubro de 2015, foi ajuizada pela CESP, ação indenizatória em face da União Federal, para o fim de que esta seja condenada a pagar à Companhia o montante devido a título de reversão dos bens e instalações vinculados à exploração da concessão da UHE de Ilha Solteira e da UHE de Jupuíá, considerado o custo histórico atualizado dos ativos em questão de R\$ 1.561.240.516,13.
- Em 28 de outubro de 2015, o MME – Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria nº 500, adiando para 25 de novembro a realização do leilão das concessões de 29 usinas hidrelétricas já amortizadas, incluindo as de Ilha Solteira e Jupuíá.
- Em dezembro de 2015, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 596/2013 a CESP encaminhou a comprovação da realização de investimentos em modernizações e melhorias vinculadas aos bens reversíveis das UHEs Ilha Solteira e Jupuíá, cujo saldo em 30 de julho de 2015 totalizava R\$ 230.000. Apesar do Poder Concedente ainda não ter divulgado a forma de pagamento da remuneração dos ativos e de existirem incertezas quanto a homologação dos investimentos realizados, a expectativa da Administração sobre a indenização desses ativos indica a recuperabilidade dos saldos registrados.
- A União Federal apresentou sua resposta à ação em 16.02.2016 e a CESP em 03.05.2016 reforçou suas alegações e direitos e além de requerer prova pericial contábil, documental. Aguarda-se a designação de perícia.
- Em 16 de junho de 2016, a União se manifestou em petição no sentido de que não há provas a produzir, uma vez que há nos autos provas documentais suficientes.
- Em 30 de junho de 2016, a Companhia encerrou a operação assistida nas UHEs Ilha Solteira e Jupuíá.
- Em 26 de agosto de 2016, o Estado de SP peticiona pelo ingresso como assistente simples da CESP.
- Em 04 de novembro de 2016 foi publicada decisão intimando as partes acerca do pedido de ingresso do Estado de São Paulo como assistente simples para que CESP e União se manifestem no prazo de 15 quinze dias.
- Em 27 de março de 2017, o juízo federal deferiu o ingresso do Estado de São Paulo.
- Em 10 de julho de 2017, a CESP protocolizou petição manifestando-se acerca dos documentos e informações juntados pela União, e manifestou-se sobre as diferenças entre seus cálculos do VNR e os elaborados pela EPE/União.
- Em 22 de setembro de 2017, o juízo decidiu que a prova pericial contábil somente será realizada em fase de liquidação de sentença, pois a matéria é exclusivamente de direito e que o cerne da demanda consiste em definir o marco legal aplicável ao cálculo de indenização das usinas, se o custo histórico ou valor novo de reposição.
- Em 18 de abril de 2018, os recursos da CESP sobre a questão acima não foram aceitos.
- Em 24 de agosto de 2018, a ação foi julgada parcialmente procedente, tendo sido reconhecido o direito da CESP com recebimento em parcela única e mantido o critério de cálculo de indenização pelo Valor Novo de Reposição - VNR.
- Em 03 de setembro de 2018, em face da sentença, a CESP protocolou recurso de Embargos de Declaração para que o juízo esclareça, principalmente, omissão da sentença que deixou de se manifestar a respeito da indenização dos terrenos da UHE Ilha Solteira e UHE Jupuíá.
- Em 25 de setembro de 2018, a União Federal apresentou Embargos de Declaração em face da forma do pagamento de indenização em parcela única.
- Em 10 de outubro de 2018, foi disponibilizada sentença após a oposição dos Embargos de Declaração pela CESP e pela União Federal, rejeitando os recursos da CESP e da União Federal.

Notas Explicativas

- Em 11 de outubro de 2018 os autos foram retirados de cartório pela União Federal.

Notas Explicativas

Ajuste para Desvalorização de Ativo Contingente

O Poder Concedente já se manifestou formalmente quanto ao valor de indenização dessas usinas, estabelecido em apenas R\$ 2.028. A Companhia, por outro lado, entende que é seu direito em receber o montante registrado, considerado o custo histórico atualizado, e continuará a discuti-lo judicialmente. Dada a existência de um ativo contingente e em atendimento ao CPC 25, que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e em face da Resolução ANEEL nº 596/2013, a Companhia constituiu ajuste para desvalorização desses ativos (ativo contingente), no valor de R\$ 580.798, ajustando o valor registrado até o desfecho da disputa judicial, conforme abaixo demonstrado:

Composição do ativo disponível para reversão	EMPREENDIMENTO		
	Ilha Solteira	Jupia	Total
Ativo disponível para reversão.....	2.165.858	642.318	2.808.176
Ajuste para <i>impairment</i>	(1.657.484)	(337.826)	(1.995.310)
Ajuste ativo contingente (*).....	(379.464)	(201.334)	(580.798)
Total provisões.....	(2.036.948)	(539.160)	(2.576.108)
Ativo disponível para reversão (líquido).....	128.910	103.158	232.068

(*) Composição do ajuste ativo contingente UHE's Ilha Solteira e Jupia	EMPREENDIMENTO		
	Ilha Solteira	Jupia	Total
Usina.....	2.165.858	642.318	2.808.176
Ajuste para <i>impairment</i>	(1.657.484)	(337.826)	(1.995.310)
Subtotal.....	508.374	304.492	812.866
Portaria MME nº 458 de 01.10.2015.....	(2.028)	-	(2.028)
Modernização e melhoria Res. nº 596/2013 ANEEL.....	(126.882)	(103.158)	(230.040)
Subtotal.....	(128.910)	(103.158)	(232.068)
Provisão Ativo Contingente.....	379.464	201.334	580.798

12. INTANGÍVEL

O saldo do ativo intangível tem a seguinte composição:

	Taxas Anuais Médias de Amortização %	31.03.2019		31.12.2018		
		Custo Total	Depreciação/Amortização		Líquido	Líquido
			Acumulada	Líquido		
Em Serviço						
Software e licença de uso.....	4,9%	25.387	(10.716)	14.671	15.880	
Repactuação risco hidrológico (*)..	8,1%	26.511	(6.883)	19.628	20.166	
		51.898	(17.599)	34.299	36.046	
Em Curso						
Software e licença de uso.....		1.237	-	1.237	754	
Total.....		53.135	(17.599)	35.536	36.800	

(*) A repactuação do risco hidrológico registrada no intangível é amortizada, mensalmente, desde janeiro de 2016 até julho de 2028, considerando o acréscimo de 53 dias na outorga da UHE Porto Primavera.

A movimentação dos saldos de ativo intangível está representada por:

Notas Explicativas

	<u>31.12.2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Depreciação/ Amortização</u>	<u>31.03.2019</u>
Em Serviço				
Software e licença de uso.....	15.880	-	(1.209)	14.671
Repactuação risco hidrológico..	20.166	-	(538)	19.628
	<u>36.046</u>	<u>-</u>	<u>(1.747)</u>	<u>34.299</u>
Em Curso				
Software e licença de uso.....	754	483	-	1.237
Total.....	<u>36.800</u>	<u>483</u>	<u>(1.747)</u>	<u>35.536</u>

	<u>31.12.2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Depreciação/ Amortização</u>	<u>31.03.2018</u>
Em Serviço				
Software e licença de uso.....	16.300	-	(1.060)	15.240
Repactuação risco hidrológico..	22.318	-	(538)	21.780
	<u>38.618</u>	<u>-</u>	<u>(1.598)</u>	<u>37.020</u>
Em Curso				
Software e licença de uso.....	1.242	807	-	2.049
Total.....	<u>39.860</u>	<u>807</u>	<u>(1.598)</u>	<u>39.069</u>

13. IMOBILIZADO

O saldo do ativo imobilizado em serviço segregado por natureza de bens tem a seguinte composição:

		<u>31.03.2019</u>			<u>31.12.2018</u>
	Taxas Anuais Médias de Depreciação %	Custo Total	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Em Serviço					
Terrenos.....		309.281	-	309.281	309.281
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	2,0%	7.322.580	(3.525.331)	3.797.249	3.842.287
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....	2,3%	2.292.802	(1.349.947)	942.855	955.412
Máquinas e Equipamentos.....	2,9%	2.640.159	(1.414.250)	1.225.909	1.244.999
Veículos.....	5,4%	6.124	(4.103)	2.021	2.104
Móveis e Utensílios.....	3,9%	3.655	(2.689)	966	1.008
		<u>12.574.601</u>	<u>(6.296.320)</u>	<u>6.278.281</u>	<u>6.355.091</u>
P&D					
Máquinas e Equipamentos.....		(807)	123	(684)	(697)
		<u>12.573.794</u>	<u>(6.296.197)</u>	<u>6.277.597</u>	<u>6.354.394</u>
Em Curso					
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....		69	-	69	69
Máquinas e Equipamentos em Manutenção..		375	-	375	375
Máquinas e Equipamentos em Montagem.....		1.877	-	1.877	1.777
Outros.....		2	-	2	2
		<u>2.323</u>	<u>-</u>	<u>2.323</u>	<u>2.223</u>
Total		<u>12.576.117</u>	<u>(6.296.197)</u>	<u>6.279.920</u>	<u>6.356.617</u>

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado está representada por:

Notas Explicativas

	31.12.2018	Adições	Depreciação	Ativações	Reclassificação/ Baixas	31.03.2019
Em Serviço						
Terrenos.....	309.281	-	-	-	-	309.281
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	3.842.287	-	(45.038)	-	-	3.797.249
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	955.412	-	(12.557)	-	-	942.855
Máquinas e Equipamentos.....	1.244.999	-	(19.070)	-	(20)	1.225.909
Veículos.....	2.104	-	(83)	-	-	2.021
Móveis e Utensílios.....	1.008	-	(28)	-	(14)	966
	<u>6.355.091</u>	<u>-</u>	<u>(76.776)</u>	<u>-</u>	<u>(34)</u>	<u>6.278.281</u>
Obrigações Bens de P&D						
Máquinas e Equipamentos.....	(697)	-	13	-	-	(684)
	<u>6.354.394</u>	<u>-</u>	<u>(76.763)</u>	<u>-</u>	<u>(34)</u>	<u>6.277.597</u>
Em Curso						
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	69	-	-	-	-	69
Máquinas e Equipamentos em Manutenção..	375	-	-	-	-	375
Máquinas e Equipamentos em Montagem.....	1.777	100	-	-	-	1.877
Outros.....	2	-	-	-	-	2
	<u>2.223</u>	<u>100</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.323</u>
Total	<u>6.356.617</u>	<u>100</u>	<u>(76.763)</u>	<u>-</u>	<u>(34)</u>	<u>6.279.920</u>

	31.12.2017	Adições	Depreciação	Ativações	Reclassificação/ Baixas	31.03.2018
Em Serviço						
Terrenos.....	299.036	-	-	5.299	(1.184)	303.151
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	3.969.100	-	(45.048)	-	(5.243)	3.918.809
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	1.015.497	-	(13.145)	-	(7.098)	995.254
Máquinas e Equipamentos.....	1.304.384	-	(19.204)	15	12.557	1.297.752
Veículos.....	2.439	-	(84)	-	-	2.355
Móveis e Utensílios.....	1.179	-	(38)	-	(22)	1.119
	<u>6.591.635</u>	<u>-</u>	<u>(77.519)</u>	<u>5.314</u>	<u>(990)</u>	<u>6.518.440</u>
Obrigações Bens de P&D						
Máquinas e Equipamentos.....	(737)	-	12	-	-	(725)
	<u>6.590.898</u>	<u>-</u>	<u>(77.507)</u>	<u>5.314</u>	<u>(990)</u>	<u>6.517.715</u>
Em Curso						
Terrenos.....	1.301	3.998	-	(5.299)	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	-	69	-	-	-	69
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos em Manutenção..	-	15	-	(15)	-	-
	<u>1.301</u>	<u>4.082</u>	<u>-</u>	<u>(5.314)</u>	<u>-</u>	<u>69</u>
Total	<u>6.592.199</u>	<u>4.082</u>	<u>(77.507)</u>	<u>-</u>	<u>(990)</u>	<u>6.517.784</u>

Notas Explicativas

13.1 Custo atribuído (*deemed cost*)

Movimentação:

	Imobilizado R\$	Tributos diferidos Ativo / (Passivo) R\$	Patrimônio Líquido R\$
Saldo inicial em 01.01.2009.....	3.553.278	(1.208.115)	2.345.163
Realizações.....	(5.033.204)	1.711.289	(3.321.915)
Saldo em 31.12.2018.....	(1.479.926)	503.174	(976.752)
Realização no exercício (depreciação).....	8.486	(2.885)	5.601
Saldo final em 31.03.2019.....	(1.471.440)	500.289	(971.151)

Usina	31.03.2019		
	Imobilizado R\$	Tributos diferidos Ativo / (Passivo) R\$	Patrimônio Líquido R\$
UHE Engº Sérgio Motta (Menos Valia)...	(1.504.577)	511.556	(993.021)
UHE Paraibuna.....	24.962	(8.487)	16.475
UHE Jaguari.....	8.175	(2.780)	5.395
Total.....	(1.471.440)	500.289	(971.151)

O valor de Ajuste de Avaliação Patrimonial, remanescente, de R\$ 971.151 em 31.03.2019 (R\$ 976.752 em 31.12.2018), corresponde basicamente à “menos valia” apurada sobre a Usina de Porto Primavera, que será realizada pela transferência para a conta de Lucros acumulados, à medida da depreciação ou realização daqueles ativos (Nota 21.2).

14. ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

	31.03.2019	31.12.2018
Circulante		
Energia comprada para revenda (a)	31.962	71.970
Provisão - CCEE - liminar (b)	95.852	95.852
	127.814	167.822

(a) Refere-se a contratos de energia comprada para revenda, para o equilíbrio do balanço energético do período.

(b) Em 27 de setembro de 2017, a Companhia obteve, junto à Justiça Federal de São Paulo, liminar que determinou a suspensão dos efeitos da Portaria nº 41/2017 do MME, bem como a desconstituição dos seus reflexos em face de contabilizações e liquidações financeiras na CCEE a partir de agosto/2017.

Em 8 de janeiro de 2019, o TRF da 3ª Região recebeu os embargos de declaração da CESP, com efeito suspensivo, nos termos do Art. 1.026, § 1º, do Código de Processo Civil. A CCEE, na contabilização de dezembro/2018, reverteu o débito lançado em novembro de 2018 e a Companhia manteve a contabilização da provisão de R\$ 95.852, base 31.12.2018.

Notas Explicativas

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

15.1 Composição

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA FINANCEIRA

Contrato	Moeda	Encargos Financeiros		Vencimento Final	Periodicidade de Pagamentos		Encargos	Circulante	Não Circulante	31.03.2019 Total	31.12.2018 Total
		Anuais (%)			Encargos	Principal					
MOEDA ESTRANGEIRA											
							1.751	169.513	1.053	172.317	210.882
BNDES	BRADY	US\$	2,86% a.a.+ UMBNDES	out-2019	(Fev, Abr, Jun, Ago, Out,Dez)	(Fev, Abr, Jun, Ago, Out, Dez)	1.552	169.513	-	171.065	209.743
OUTRAS INSTITUIÇÕES											
	ELETROPAULO	US\$	Div (0,8125% a.a.+ LIBOR)	abr-2024	Sem. (Abr e Out.)	Sem. (Abr e Out.)	199	-	1.053	1.252	1.139
MOEDA NACIONAL											
							31.027	3.442	1.778.788	1.813.257	4.754
ELETROBRÁS							1	3.442	22	3.465	4.754
	ELETROBRÁS - RGR	R\$	Taxa Fixa = 5% a.a.	nov-2019	Mensal	Mensal	-	3.334	-	3.334	4.585
	ELETROBRÁS - IRD	R\$	Taxa Fixa = 8% a.a.	ago-2020		Trim. (Fev, Mai, Ago, Nov)	1	108	22	131	169
DEBÊNTURES							31.026	-	1.778.766	1.809.792	-
	DEBÊNTURES CESP (*)	R\$	CDI + 1,64% a.a.	dez-2025	Semestral (Jun e Dez)	Anual a partir Dez-2022	31.026	-	1.778.766	1.809.792	-
TOTAL GERAL							32.778	172.955	1.779.841	1.985.574	215.636

(*) Em 9 de janeiro de 2019, a Companhia recebeu R\$ 1.800.000 da 11ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10. A totalidade dos recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Emissão serão destinados para o pagamento da outorga de renovação da concessão da Usina Hidrelétrica Porto Primavera, quando devida, e para gestão ordinária dos negócios da Companhia. As debêntures têm vencimento em 7 anos e amortização em 4 parcelas anuais e consecutivas com carência de 3 anos. O valor nominal unitário não tem atualização monetária incidindo apenas juros remuneratórios com pagamento semestral equivalentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, "over extragrupo", base 252 dias úteis, acrescida de sobretaxa de 1,64% ao ano.

O custo de emissão das debêntures foi de R\$ 22.018 a ser apropriado no resultado mensalmente pelo prazo do contrato de 7 anos.

A escritura de emissão das debêntures determina que a Companhia deverá apresentar, anualmente, um índice financeiro Dívida Financeira Líquida / EBITDA menor ou igual a 3,50x. Esta obrigação será aplicável a partir das Demonstrações Financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e seu não cumprimento justificará o vencimento antecipado das debêntures. Caso ocorra a não observância do critério, o agente fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas dentro de dois dias úteis.

15.2 Composição do saldo devedor de principal em moeda estrangeira:

Moeda	31.03.2019			31.12.2018		
	R\$ mil	US\$ mil (*) (Equivalente)	%	R\$ mil	US\$ mil (*) (Equivalente)	%
US\$.....	170.566	43.772	100,00	210.175	54.242	100,00

15.3 Cronograma de vencimentos de principal de empréstimos e financiamentos do Passivo não circulante:

	Moeda Estrangeira		Moeda Nacional	Total
	US\$ mil (*) (Equivalente)	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
2020.....	-	-	22	22
2021.....	-	-	-	-
2022.....	-	-	444.692	444.692
2023.....	-	-	444.692	444.692
2024.....	270	1.053	444.691	445.744
2025.....	-	-	444.691	444.691
	270	1.053	1.778.788	1.779.841

(*) Convertido para US\$ à taxa de R\$ 3,8967 em 31 de março de 2019 (R\$ 3,8748 em 31.12.2018).

Notas Explicativas

15.4 As principais moedas e indexadores de empréstimos e financiamentos apresentaram as seguintes variações percentuais:

Nos trimestres findos em	US\$	IPCA	TR	IGP-M	IGP-DI
31.03.2019	0,57	1,51	-	2,16	2,41
31.03.2018	0,48	0,70	-	1,47	1,30

15.5 Movimentação de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

	Moeda Nacional	Debêntures	Moeda Estrangeira	Total
Saldo inicial em 31.12.2018	4.754	-	210.882	215.636
Ingressos.....	-	1.777.982	-	1.777.982
Juros e Comissões.....	149	31.026	3.428	34.603
Apropriação dos custos de captação...	-	784	-	784
Variações Cambiais.....	-	-	(680)	(680)
Amortização de Principal.....	(1.362)	-	(38.801)	(40.163)
Amortização de Juros.....	(76)	-	(2.512)	(2.588)
Saldo final em 31.03.2019	3.465	1.809.792	172.317	1.985.574

	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
Saldo inicial em 31.12.2017	9.907	378.777	388.684
Juros e Comissões.....	166	6.399	6.565
Variações Cambiais.....	-	882	882
Amortização de Principal.....	(1.447)	(30.940)	(32.387)
Amortização de Juros.....	(6)	(4.457)	(4.463)
Saldo final em 31.03.2018	8.620	350.661	359.281

16. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

	31.03.2019			31.12.2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
- Contrato de Benefício Suplementar				
Contribuição Variável - CV	210	1.737	1.947	1.970
- Ajuste CPC 33/IAS 19.....	(210)	(1.737)	(1.947)	(1.970)
	-	-	-	-

16.1 Planos de Benefícios

Movimentação

	31.03.2019	31.03.2018
Saldo inicial.....	-	-
(Receita) / despesa do período.....	3.372	2.583
Contribuições pagas.....	(1.369)	(1.628)
(Ganhos) / perdas atuariais.....	(2.003)	(955)
Saldo final.....	-	-

Notas Explicativas

Abaixo demonstramos a despesa estimada para o exercício de 2019, com base na avaliação atuarial de 2018:

Despesa / (Receita) estimada para 2019	2019			
	BSPS	BD	CV	TOTAL
Custo do serviço corrente.....	-	14.370	5.800	20.170
Custo de juros sobre a obrigação.....	374.491	69.567	6.081	450.139
Rendimento esperado sobre os ativos do plano.....	(392.981)	(73.172)	(6.739)	(472.892)
Despesa/(Receita) sobre o "teto do ativo".....	18.490	3.557	533	22.580
Contribuição do empregado.....	-	(3.905)	(2.604)	(6.509)
(Receita)/despesa do exercício.....	-	10.417	3.071	13.488

17. ENCARGOS SETORIAIS

	31.03.2019	31.12.2018
Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Quota Mensal (a)	4.362	4.556
- Diferença de Quotas - 2017 (b)	1.466	1.466
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos ...	8.023	8.279
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE.....	261	261
Quotas para P&D - FNDCT (c)	940	1.058
Quotas para P&D - MME (c)	470	529
P & D - Projetos (d)	113.299	111.535
Encargos de Uso da Rede Elétrica - CUSD/CUST (e)	13.545	13.914
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSDg (f)	142	144
	<u>142.508</u>	<u>141.742</u>
Não Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Diferença de Quotas - 2018 (g)	19.953	19.953
P & D - Projetos (d)	15.899	15.899
	<u>35.852</u>	<u>35.852</u>
	<u>178.360</u>	<u>177.594</u>

- (a) Quota de março de 2019 de RGR, no valor de R\$ 4.103, acrescida de 4 (quatro) parcela de R\$ 64,7 referente à diferença de RGR de 2016 conforme despacho ANEEL nº 1.791, de 8 de agosto de 2018.
- (b) Diferença de quota RGR 2017, cuja forma de pagamento será definida pela ANEEL em 2019.
- (c) Quotas provisionadas do Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D a serem recolhidas para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e para o Ministério de Minas e Energia- MME, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.
- (d) Saldo de recursos a serem aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento/P&D, atualizados pela SELIC. Os investimentos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação.
- (e) Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição – CUST/CUSD, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.408 de 26 de junho de 2018.
- (f) Encargos de uso do sistema de distribuição – TUSDg, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº 2.437/2018 (Elektro) e nº 2.290/2017 (Elektro).
- (g) Diferença de quota RGR 2018, cuja forma de pagamento será definida pela ANEEL em 2020.

Notas Explicativas

18. PROVISÃO PARA RISCOS LEGAIS

A Companhia possui processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária, cível e ambiental. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisões para aquelas que são consideradas perdas prováveis.

Composição:

	31.12.2018	Movimentação			31.03.2019
	Saldo	Atualização	Provisionamento / (Reversão)	(-) Pagamentos	Saldo
Trabalhistas					
Ações diversas	247.663	4.282	(2.521)	(11.925)	237.499
Cíveis					
Ações diversas	35.164	651	(10.371)	-	25.444
Tributárias					
Ações diversas	5.828	85	6	(6)	5.913
Indenizações					
Ações ambientais.....	189.136	5.830	(29.233)	-	165.733
Ações cíveis.....	1.399.960	31.638	(158.581)	(3.203)	1.269.814
Desapropriações					
Ações de desapropriações - Usinas CESP.....	141.890	4.326	164.904	(22)	311.098
Ações de desapropriações - empresas cindidas...	136.521	2.638	(511)	(1)	138.647
Soma Indenizações e Desapropriações	<u>1.867.507</u>	<u>44.432</u>	<u>(23.421)</u>	<u>(3.226)</u>	<u>1.885.292</u>
TOTAL	<u>2.156.162</u>	<u>49.450</u>	<u>(36.307)</u>	<u>(15.157)</u>	<u>2.154.148</u>
	31.12.2017	Movimentação			31.03.2018
	Saldo	Atualização	Provisionamento / (Reversão)	(-) Pagamentos	Saldo
Trabalhistas					
Ações diversas	271.618	5.727	12.595	(13.354)	276.586
Cíveis					
Ações diversas	32.067	649	-	(1)	32.715
Tributárias					
Ações diversas	24.788	536	702	-	26.026
Indenizações					
Ações ambientais.....	1.106.798	37.489	15.232	(22.170)	1.137.349
Ações cíveis.....	1.205.755	45.874	60.064	(13.183)	1.298.510
Desapropriações e indenizações					
Ações de desapropriações - Usinas CESP.....	137.413	6.141	(1.563)	(6.108)	135.883
Ações de desapropriações - empresas cindidas...	172.327	4.606	11.191	(14.236)	173.888
Soma Indenizações e Desapropriações	<u>2.622.293</u>	<u>94.110</u>	<u>84.924</u>	<u>(55.697)</u>	<u>2.745.630</u>
TOTAL	<u>2.950.766</u>	<u>101.022</u>	<u>98.221</u>	<u>(69.052)</u>	<u>3.080.957</u>

Em 31 de março de 2019, os riscos legais, nas suas diferentes espécies, foram avaliados e classificados segundo a probabilidade de risco econômico-financeiro para a Companhia, como demonstrado a seguir:

Espécie	Expectativa de Perda			Total
	Provável	Possível	Remota	
Ações trabalhistas.....	237.499	78.665	123.496	439.660
Ações cíveis diversas.....	25.444	277.284	1.589	304.317
Ações tributárias.....	5.913	81.746	164	87.823
Ações ambientais.....	165.733	265.625	1.866.553	2.297.911
Ações cíveis.....	1.269.814	889.185	3.035.789	5.194.788
Ações de desapropriações - Usinas CESP.....	311.098	456.074	1.881.488	2.648.660
Ações de desapropriações - empresas cindidas...	138.647	304	573.671	712.622
Total em 31 de março de 2019	<u>2.154.148</u>	<u>2.048.883</u>	<u>7.482.750</u>	<u>11.685.781</u>
Total em 31 de dezembro de 2018	<u>2.156.162</u>	<u>2.066.353</u>	<u>7.352.360</u>	<u>11.574.875</u>

Notas Explicativas

A Administração da Companhia, embasada em pareceres de seus assessores legais, entende não haver riscos significativos futuros de desembolso de caixa que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas Demonstrações Intermediárias ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

As principais ações encontram-se descritas resumidamente a seguir:

18.1 Reclamações Trabalhistas

Em 31 de março de 2019, as reclamações trabalhistas movidas contra a CESP montavam a R\$ 439.660 (R\$ 460.571, em 31.12.2018). A CESP mantém provisões registradas para enfrentar eventuais obrigações no montante de R\$ 237.499 (R\$ 247.663, em 31.12.2018), representadas por 682 ações judiciais. A Companhia mantém depósitos judiciais em garantia de processos, da ordem de R\$ 100.109 (R\$ 94.321, em 31.12.2018 – Nota 9).

Os processos trabalhistas com expectativa de perda possível totalizam R\$ 78.665 (R\$ 89.443, em 31.12.2018) correspondentes a 317 processos.

18.1.1 Impacto da atualização monetária sobre as provisões trabalhistas

Em decisão tomada no dia 14 de agosto de 2015 em pedido de arguição de inconstitucionalidade, o TST – Tribunal Superior do Trabalho mudou o entendimento e determinou que os créditos trabalhistas passassem a ser corrigidos pelo IPCA-E – Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial e não mais pela TR – Taxa Referencial. A decisão foi tomada com base no julgamento feito pelo STF – Supremo Tribunal Federal, que reconheceu como inconstitucional o uso da TR, como índice de correção monetária, por não recompor integralmente o valor da moeda, não sendo apto então a repor o patrimônio lesado.

Em 14 de outubro de 2015, o STF deferiu liminar em reclamação constitucional, que suspendeu os efeitos da decisão proferida pelo TST, mas ao final referida reclamação foi julgada improcedente. O processo que tramita no TST está pendente de julgamento de recursos interpostos ao STF. A companhia avaliou como possível o impacto até 31.03.2019 em R\$ 49.452 (R\$ 56.923 em 31.12.2018).

18.2 Ações Cíveis Diversas

18.2.1 Portarias do antigo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE

A CESP está envolvida em ações propostas por consumidores industriais objetivando a restituição dos valores pretensamente pagos a maior a título de tarifa de energia elétrica, durante o ano de 1986. Esses valores decorrem da majoração das alíquotas promovidas pelas Portarias nº 38 e nº 45, respectivamente de 28 de fevereiro e de 4 de março de 1986, do antigo DNAEE. As ações cujos riscos são avaliados como de perdas prováveis e possíveis, em 31 de março de 2019, são R\$ 25.444 e R\$ 3.040, respectivamente (R\$ 35.164 e R\$ 4.219, em 31.12.2018).

18.2.2 Ação AES – Sul

Trata de ação declaratória com pedido de tutela antecipada movida pela AES Sul. Houve liminar autorizando a recontabilização de valores na CCEE em favor da AES Sul, relativo ao período de racionamento ocorrido em 2001. A CESP e demais agentes obtiveram liminar afastando a recontabilização e liquidação determinadas por aquele juízo e passaram a integrar a lide. A Companhia já contestou a ação, a qual se encontra, até o momento, sem uma decisão da Justiça. A AES Sul pleiteia o direito de não optar pelo alívio, o que permite a liquidação na CCEE em seu favor, sendo a parte da CESP de aproximadamente R\$ 274.244 (R\$ 270.448 em 31.12.2018), cujo risco de perda é avaliado como possível.

18.3 Ações Tributárias

A CESP está envolvida em ações judiciais tributárias no montante estimado de R\$ 87.823 (R\$ 63.141, em 31.12.2018), composto por R\$ 5.913 (R\$ 5.828, em 31.12.2018), com expectativa de perda considerada provável, referente a 10 processos judiciais e com depósitos em garantia no montante de R\$ 29.234 (R\$ 29.329 em 31.12.2018). Outras 201 ações, classificadas como de perda possível, totalizam R\$ 81.746 (R\$ 57.151 em 31.12.2018).

Notas Explicativas

18.4 Ações Ambientais

A CESP responde a ações ambientais que têm por objeto, a implantação de escada de peixe, mata ciliar, unidade de conservação, proteção de encostas, reserva legal, lençol freático e indenização por perdas econômicas e danos à ictiofauna.

A estimativa da soma das ações, com risco de perda avaliado como provável e possível alcança R\$ 431.358 (R\$ 450.254 em 31.12.2018) em 31.03.2018, conforme abaixo:

	<u>PROVÁVEL</u>	<u>POSSÍVEL</u>	<u>TOTAL</u>
Proteção de encosta.....	12.593	220.457	233.050
Parques.....	150.707	-	150.707
Lençol freático.....	-	4.243	4.243
Outros.....	2.433	40.925	43.358
	<u>165.733</u>	<u>265.625</u>	<u>431.358</u>

A Companhia mantém registrado o valor de R\$ 41.088 (R\$ 40.812 em 31.12.2018) em depósitos judiciais referentes a processos ambientais (Nota 9).

18.5 Ações Cíveis – Usinas CESP

18.5.1 Ações de Pescadores

Existem ações em curso contra a CESP intentadas por pescadores da região da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), que pleiteiam indenização por perdas e danos decorrentes do enchimento do reservatório da referida usina até o limite de 257 metros acima do nível do mar. O montante total das ações cujo risco de perda é avaliado como provável e possível, em 31 de março de 2019, é de R\$ 149.519 e R\$ 516.620 respectivamente, para 177 processos (R\$ 173.258 e R\$ 552.265 em 31.12.2018). Considerando a análise do mérito desses pedidos de indenização por parte de seus assessores jurídicos, análise do estágio dos processos e das decisões já proferidas na esfera judicial, que na maioria dos casos têm sido favoráveis à Companhia, as quais indicam que os valores a serem pagos, quando assim decidido judicialmente, são substancialmente inferiores aos pretendidos pelos demandantes.

18.5.2 Ações de Oleiros Ceramistas

Trata-se de ações propostas por oleiros ceramistas impactados quando da formação da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta. São 38 ações envolvendo o valor de R\$ 1.061.747 (R\$ 1.170.710 em 31.12.2018) com avaliação de risco de perda provável e R\$ 134.945 (R\$ 143.755 em 31.12.2018) com risco de perda possível em 31 de março de 2019. Os pedidos formulados são diversos, destacando-se, entre eles, o pedido de prorrogação do prazo de 8 anos estabelecido nos compromissos firmados entre a CESP e os impactados com o tempo para manutenção da atividade de oleiro ceramista.

18.5.3 Ações de Inadimplemento Contratual e Outros

Existem 71 ações em curso contra a CESP que pleiteiam indenização por inadimplemento contratual e outros assuntos relacionados às usinas integrantes do seu parque gerador, sendo constituída provisão de R\$ 5.926 e R\$ 52.622 (R\$ 5.838 e R\$ 50.154 em 31.12.2018), relacionadas a processos cuja probabilidade de perda é avaliada como provável. Existem ainda outras 86 ações consideradas com probabilidade de perda possível, que totaliza R\$ 237.620 (R\$ 240.945 em 31.12.2018).

18.6 Ações de Desapropriações – Usina CESP

Estão constituídas provisões no montante de R\$ 311.098 (R\$ 141.890 em 31.12.2018) para 26 ações de desapropriações envolvendo a formação dos reservatórios de suas usinas, cujo risco de perda é avaliado como provável pelos assessores jurídicos da Companhia. As ações de desapropriações com expectativa de perda possível totalizam R\$ 456.074 (R\$ 446.667 em 31.12.2018) referentes a 3 processos judiciais.

Notas Explicativas

18.7 Ações Cíveis/Desapropriações – Empresas Cindidas

Diversas ações estão em curso, nas quais se discute o valor da indenização a ser paga pela Companhia, em virtude da desapropriação de imóveis situados nas áreas das usinas, envolvendo obrigações e questões judiciais de empreendimentos das empresas de geração AES Tietê, Duke Energy e a CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (cindidas da CESP), cuja responsabilidade pelo pagamento das ações existentes até 31 de março de 1999 é da CESP.

Em 31 de março de 2019, o valor pretendido pelos expropriados correspondente a todas essas ações é de R\$ 712.622 (R\$ 698.616 em 31.12.2018). A CESP mantém registrada provisão de R\$ 138.647 (R\$ 136.521 em 31.12.2018) para as obrigações referentes às empresas decorrentes dos processos de cisão parcial, com expectativa de perda provável.

19. Outras Obrigações

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Circulante		
Fundação CESP	175	-
Acordo judicial trabalhista.....	-	1.584
Acordo extrajudicial Estado do MS	5.163	5.159
Outros.....	10.088	2.918
	<u>15.426</u>	<u>9.661</u>
Não Circulante		
Acordo extrajudicial Estado do MS	36.140	41.272
Provisão Honorários <i>Ad Exitum</i>	8.973	8.973
Reserva Global de Reversão - RGR (amortização/reversão).....	14.215	14.553
Provisão PIS/COFINS sobre atualização depósitos judiciais.....	9.310	9.229
	<u>68.638</u>	<u>74.027</u>
	<u>84.064</u>	<u>83.688</u>

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A remuneração da Administração da Companhia no 1º trimestre de 2019 foi de R\$ 366 (R\$ 549 em 31/03/2018), estando esse valor relacionado às remunerações fixa e variável no montante de R\$ 305 (R\$ 443 em 2018) e encargos sociais no valor de R\$ 61 (R\$ 105 em 31/03/2018).

As transações com partes relacionadas estão substancialmente representadas pelas seguintes operações:

Empresas	Nota	Natureza da operação	Saldo em 31.03.2019				Acumulado em
			Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Receita/ (despesa)
Votener Ltda.....		Venda de Energia	3.833	-	-	-	10.692
Eletrobrás	15	Empréstimos	-	-	3.443	22	(431)
Fundação CESP.....		Entidade de previdência	-	-	-	-	(3.372)
			Saldo em 31.12.2018				Acumulado em
			Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Receita/ (despesa)
Votener Ltda.....		Venda de Energia	4.608	-	-	-	-
EMAE.....		Aluguel / condomínio	-	-	-	-	(604)
Eletrobrás	15	Empréstimos	-	-	4.721	33	(166)
Fundação CESP.....		Entidade de previdência	-	-	-	-	(2.583)

Notas Explicativas

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em atendimento ao disposto nas práticas de Governança Corporativa, apresentamos a composição acionária da Companhia, bem como dos acionistas detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física.

21.1 Capital Social

O capital social integralizado de R\$ 5.975.433 está dividido em 109.167.801 ações ordinárias, 7.386.323 ações preferenciais classe A e 210.948.549 ações preferenciais classe B. O capital social pode ser aumentado, conforme Estatuto social, até o limite máximo de R\$ 17.926.300, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Os principais acionistas da Companhia, em 31 de março de 2019, são os seguintes:

	Quantidades de Ações - Em Unidades							
	Ordinárias		Preferenciais Classe A		Preferenciais Classe B		Total	
		%		%		%		%
Acionistas								
VTRM Energia Participações S/A.....	51.045.878	46,76	-	-	14.464.135	6,86	65.510.013	20,00
SF Ninety Two Participações Societárias S/A.....	51.045.876	46,76	-	-	14.464.134	6,86	65.510.010	20,00
	<u>102.091.754</u>	<u>93,52</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.928.269</u>	<u>13,72</u>	<u>131.020.023</u>	<u>40,00</u>
Credit Suisse Securities (Europe).....	-	-	-	-	7.709.197	3,65	7.709.197	2,35
UBS AG (London Branch).....	-	-	-	-	10.960.388	5,20	10.960.388	3,35
SPX Investimentos.....	-	-	-	-	11.517.000	5,46	11.517.000	3,52
Squadra Investimentos.....	-	-	-	-	17.939.280	8,50	17.939.280	5,48
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS	37.633	0,03	6.664.526	90,23	-	-	6.702.159	2,05
HSBC Bank PLC London	-	-	-	-	17.503.259	8,30	17.503.259	5,34
The Bank of New York - ADR Department	25.977	0,02	144.826	1,96	-	-	170.803	0,05
Pessoas Físicas.....	4.622.221	4,24	536.000	7,26	6.781.721	3,21	11.939.942	3,65
Outras Pessoas Jurídicas.....	2.384.123	2,18	11.906	0,16	109.609.435	51,96	112.005.464	34,20
Outros.....	6.093	0,01	29.065	0,39	-	-	35.158	0,01
	<u>7.076.047</u>	<u>6,48</u>	<u>7.386.323</u>	<u>100,00</u>	<u>182.020.280</u>	<u>86,28</u>	<u>196.482.650</u>	<u>60,00</u>
	<u>109.167.801</u>	<u>100,00</u>	<u>7.386.323</u>	<u>100,00</u>	<u>210.948.549</u>	<u>100,00</u>	<u>327.502.673</u>	<u>100,00</u>
Capital social integralizado por ações em R\$ Mil.....	<u>1.991.815</u>		<u>134.767</u>		<u>3.848.851</u>		<u>5.975.433</u>	

21.2 Reservas de Capital

31.03.2019 31.12.2018

Remuneração das Imobilizações em Curso - Capital Próprio **1.929.098 1.929.098**

Saldo remanescente de créditos resultantes da capitalização da remuneração sobre recursos próprios utilizados durante a construção do ativo imobilizado, calculada até 31 de dezembro de 1998, aplicada às obras em andamento.

21.3 Ajuste de Avaliação Patrimonial

De acordo com o ICPC 10, em 01.01.2009, o efeito líquido da variação do valor do ativo imobilizado (incremento para alguns ativos, e decréscimo para outros), pela adoção do custo atribuído (Nota 13.1), líquido do imposto de renda e da contribuição social diferida, foi registrado no patrimônio líquido, na conta de "Ajuste de avaliação patrimonial". A realização é contabilizada na conta "Lucros acumulados" na medida em que a depreciação e a baixa do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

Notas Explicativas

	Imobilizado R\$	Tributos diferidos Ativo / (Passivo) R\$	Patrimônio Líquido R\$
Saldo inicial em 31.12.2018.....	(1.479.926)	503.174	(976.752)
Realização no exercício (depreciação).....	8.486	(2.885)	5.601
Saldo final em 31.03.2019.....	<u>(1.471.440)</u>	<u>500.289</u>	<u>(971.151)</u>

21.4 Outros Resultados Abrangentes – CPC 33 (R1)

A partir da adoção do CPC 33 (R1), os ganhos e perdas atuariais passaram a ser reconhecidos no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes). A sua movimentação está representada abaixo:

	31.03.2019	31.03.2018
Saldo inicial.....	(380.301)	(370.669)
Ajuste CPC 33 (R1) no exercício.....	2.003	955
Saldo final em 31 de março.....	<u>(378.298)</u>	<u>(369.714)</u>

21.5 Reserva de Lucros

	31.03.2019	31.12.2018
Reserva legal.....	113.600	113.600
Reserva estatutária.....	405.546	405.546
Reserva de lucros a realizar.....	35.442	35.442
	<u>554.588</u>	<u>554.588</u>

22. RECEITA

22.1 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR's e Atualização de Preços (Não revisado)

A CESP mantém contratos com 33 distribuidoras para o suprimento de energia, em decorrência dos leilões realizados. Esses contratos têm cláusula de atualização de preços com base na variação do IPCA, aplicada nas datas de reajustes das distribuidoras com a ANEEL, conforme segue:

Reajustes em 2019	Produtos e Preços R\$/MWh			Reajuste no ano (%)
	Mês do Reajuste	2009 a 2038	2010 a 2039	
Concessionárias				
Energisa Borborema	Fevereiro	248,39	234,11	3,78
Ampla, CPFL Jaguari	Março	249,46	235,12	3,89
Light	Março	249,46	235,12	3,89

Notas Explicativas

Reajustes em 2018	Produtos e Preços R\$/MWh			Reajuste no ano (%)
	Concessionárias	Mês do Reajuste	2009 a 2038	
Energisa Borborema	Janeiro	239,35	225,59	2,86
Ampla, Light, CPFL Jaguari	Fevereiro	240,12	226,31	2,84
Energisa MT, CPFL Paulista, Energisa MS, RGE Sul, Coelba, Coelce, Cosern, Celpe, Energisa SE	Março	240,34	226,52	2,68

22.2 Energia Vendida

Nos quadros a seguir é apresentada a energia vendida no período, bem como a quantidade e valores da sua distribuição por classe de consumo e por ambiente de comercialização:

Energia Vendida até 31 de Março	MWh (*)		R\$ Mil	
	2019	2018	2019	2018
Fornecimento				
Industrial.....	930.332	873.621	179.121	148.739
Suprimento				
Contratos				
Agentes Comercializadores	537.745	720.385	97.977	134.735
Leilões de Energia				
Produto 6 CCENV 2009-2038.....	236.542	187.466	55.983	44.008
Produto 7 CCENV 2010-2039.....	279.138	329.732	64.902	72.986
	<u>515.680</u>	<u>517.198</u>	<u>120.885</u>	<u>116.994</u>
	<u>1.053.425</u>	<u>1.237.583</u>	<u>218.862</u>	<u>251.729</u>
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE				
Energia de Curto Prazo - PLD.....	5.101	245.700	1.201	52.809
Liquidações de exercícios anteriores.....	-	-	9.383	6.441
Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.....	1.059.539	103.933	12.963	1.039
	<u>1.064.640</u>	<u>349.633</u>	<u>23.547</u>	<u>60.289</u>
Total.....	<u>3.048.397</u>	<u>2.460.837</u>	<u>421.530</u>	<u>460.757</u>

(*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

Resumo por Ambiente de Comercialização	Acumulado no período até 31 de Março					
	MWh (*)		R\$ Mil		R\$/MWh (Médio) (*)	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Mercado Livre						
Consumidores Livres	930.332	873.621	179.121	148.739	192,53	170,26
Agentes Comercializadores	537.745	720.385	97.977	134.735	182,20	187,03
	<u>1.468.077</u>	<u>1.594.006</u>	<u>277.098</u>	<u>283.474</u>	<u>188,75</u>	<u>177,84</u>
Mercado Regulado						
Leilões de Energia.....	515.680	517.198	120.885	116.994	234,42	226,21
Câmara de Comercialização E. Elétrica - PLD.....	5.101	245.700	1.201	52.809	235,44	214,93
	<u>520.781</u>	<u>762.898</u>	<u>122.086</u>	<u>169.803</u>	<u>234,43</u>	<u>222,58</u>
Total.....	<u>1.988.858</u>	<u>2.356.904</u>	<u>399.184</u>	<u>453.277</u>	<u>200,71</u>	<u>192,32</u>

(*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

22.3 Receita Operacional Líquida

Em atendimento às exigências do CPC 47 (Receita), segue conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado.

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.03.2018</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Receitas c/ Energia		
Fornecimento de energia.....	179.121	148.739
Suprimento de energia - Contratos.....	97.977	134.735
Suprimento de energia - Leilões.....	120.885	116.994
Energia de curto prazo	<u>23.547</u>	<u>60.289</u>
	421.530	460.757
Outras receitas.....	<u>631</u>	<u>626</u>
	422.161	461.383
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL		
Quota para a reserva global de reversão - RGR.....	(12.308)	(10.279)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D.....	(3.551)	(3.936)
Imposto sobre serviços - ISS.....	(34)	(31)
COFINS sobre receitas operacionais.....	(30.612)	(32.291)
PIS sobre receitas operacionais.....	(6.646)	(7.010)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(12.608)	(12.933)
Taxa de fiscalização do setor elétrico - TFSE.....	<u>(784)</u>	<u>(730)</u>
	<u>(66.543)</u>	<u>(67.210)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	<u>355.618</u>	<u>394.173</u>

23. CUSTOS E DESPESAS

Apresentamos a Nota Explicativa com o detalhamento dos custos e despesas operacionais do 1º trimestre de 2019 e 2018:

Natureza dos custos e despesas	31.03.2019					Total
	Custo com Energia Elétrica	Custo com Operação	Despesas gerais e administr.	Outras despesas operacionais	Outras (despesas) receitas líquidas (Nota 23.2)	
Energia comprada.....	(236.821)					(236.821)
Encargos setoriais.....	(31.240)					(31.240)
Créditos de COFINS/PIS s/encargos do sistema de transmissão.....	16.825					16.825
Pessoal.....		(5.504)	(33.504)			(39.008)
PDV - Programa de demissão voluntária (*).....		(8.191)	(94.313)			(102.504)
Administradores.....			(366)			(366)
Entidade de previdência a empregados - CPC 33/IAS 19.....			(3.372)			(3.372)
Material.....		(908)	(296)			(1.204)
Serviços de terceiros.....		(4.042)	(8.856)			(12.898)
Depreciação/Amortização.....		(76.649)	(1.620)		(241)	(78.510)
Outros encargos - ONS/CCEE.....			(238)			(238)
Aluguéis.....			(714)			(714)
Provisão para redução ao valor realizável de almoxarifados (Nota 11).....				4.796		4.796
Provisão para riscos legais (Nota 18).....				(11.016)	(2.127)	(13.143)
Provisão PIS/COFINS sobre atualização de depósitos judiciais.....				(81)		(81)
Perda estimada de créditos.....				253		253
Custos retardatários.....					(26)	(26)
Outras despesas ou receitas.....		(3.352)	(619)	(587)	(5.369)	(9.927)
Total.....	<u>(251.236)</u>	<u>(98.646)</u>	<u>(143.898)</u>	<u>(6.635)</u>	<u>(7.763)</u>	<u>(508.178)</u>

(*) Em 28 de janeiro de 2019 o Conselho de Administração aprovou Programa de Desligamento Voluntário – PDV, com as seguintes características: i) destinado a todos os empregados admitidos no quadro permanente da CESP com contrato de trabalho por tempo indeterminado; ii) incentivo financeiro de 17 remunerações; iii) assistência médico-hospitalar e odontológica por 21 meses, a contar da data do desligamento; iv) Prazo de adesão até 12/02/2019; e v) desligamentos até 30/08/2019. No mesmo dia a Diretoria divulgou o programa aos empregados. A adesão ao programa foi de 327 empregados, com custo de R\$ 89.819 referente a incentivo e assistência médico-hospitalar e odontológica e R\$ 12.685 referente à multa FGTS rescisório, totalizando R\$ 102.504.

Notas Explicativas

Natureza dos custos e despesas	31.03.2018					Total
	Custo com Energia Elétrica	Custo com Operação	Despesas gerais e administr.	Outras despesas operacionais	Outras (despesas) receitas líquidas (Nota 23.2)	
Energia comprada.....	(4.594)	-	-	-	-	(4.594)
Encargos setoriais.....	(30.976)	-	-	-	-	(30.976)
Créditos de COFINS/PIS s/encargos do sistema de transmissão.....	2.558	-	-	-	-	2.558
Pessoal.....	-	(5.492)	(25.854)	-	-	(31.346)
Administradores.....	-	-	(549)	-	-	(549)
Entidade de previdência a empregados - CPC 33/IAS 19.....	-	-	(2.583)	-	-	(2.583)
Material.....	-	(402)	(409)	-	-	(811)
Serviços de terceiros.....	-	(5.137)	(6.680)	-	-	(11.817)
Depreciação/Amortização.....	-	(77.333)	(1.518)	-	(254)	(79.105)
Outros encargos - ONS/CCEE.....	-	-	(243)	-	-	(243)
Aluguéis.....	-	-	(890)	-	-	(890)
Provisão para redução ao valor realizável de almoxarifados (Nota 11).....	-	-	-	44	-	44
Provisão para riscos legais (Nota 18).....	-	-	-	(183.446)	(15.797)	(199.243)
Reversão / (Provisão) PIS/COFINS sobre atualização de depósitos judiciais.....	-	-	-	811	-	811
Perda estimada de créditos.....	-	-	-	(142)	-	(142)
Custos retardatários.....	-	-	-	-	(334)	(334)
Outras despesas ou receitas.....	-	(58)	(1.489)	(115)	(825)	(2.487)
Total.....	(33.012)	(88.422)	(40.215)	(182.848)	(17.210)	(361.707)

23.1 Energia Comprada e Encargos Setoriais

	31.03.2019	31.03.2018
Energia comprada (1)		
CCEE.....	(74.741)	-
Energia proveniente do MRE.....	-	(839)
Prêmio repactuação do risco hidrológico (Notas 9 e 15).....	(3.756)	(3.755)
Energia comprada para revenda.....	(158.324)	-
	<u>(236.821)</u>	<u>(4.594)</u>
Uso da Rede Elétrica (2)		
Conexão - CTEEP	(15)	(16)
Rede Básica.....	(31.225)	(30.960)
	<u>(31.240)</u>	<u>(30.976)</u>
Subtotal.....	(268.061)	(35.570)
Créditos de COFINS/PIS s/ encargos de uso da rede / energia....	16.825	2.558
Total.....	(251.236)	(33.012)

23.2 Outras (Despesas) / Receitas Líquidas

	31.03.2019	31.03.2018
Depreciação de bens não vinculados.....	(241)	(254)
Reversão ações de desapropriações - empresas cindidas	(2.127)	(15.797)
Custos retardatários (proteção de encostas de reservatórios)	(26)	(334)
Despesas com convênios	(956)	(625)
Ganho/(perda) na alienação de bens e direitos.....	(4.285)	1
Outras receitas líquidas.....	347	1.101
Outras (despesas) líquidas.....	(475)	(1.302)
	<u>(5.369)</u>	<u>(825)</u>
Total.....	(7.763)	(17.210)

Notas Explicativas**24. RESULTADO FINANCEIRO**

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.03.2018</u>
Receita		
Rendimentos de aplicações financeiras.....	30.722	6.150
Atualização de levantamento de depósitos judiciais.....	1.629	1.839
Atualização do saldo de depósitos judiciais.....	2.167	13.219
Variações Cambiais.....	12.379	17.855
Outras.....	93	64
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras.....	(1.509)	(360)
	<u>45.481</u>	<u>38.767</u>
Despesa		
Encargos de dívidas		
Moeda estrangeira.....	(3.428)	(6.399)
Moeda nacional.....	(31.959)	(166)
	<u>(35.387)</u>	<u>(6.565)</u>
Outras		
Imposto sobre operações financeiras.....	-	(141)
Atualização P&D - projetos.....	(344)	(772)
Atualização UFERMS sobre acordo MP/MS.....	(30)	-
Outros encargos.....	(233)	(323)
	<u>(607)</u>	<u>(1.236)</u>
Variações Monetárias e Cambiais		
Moeda estrangeira.....	(11.699)	(18.737)
	<u>(11.699)</u>	<u>(18.737)</u>
	<u>(47.693)</u>	<u>(26.538)</u>
Resultado Financeiro.....	<u>(2.212)</u>	<u>12.229</u>

Notas Explicativas

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – RESULTADO

Conciliação da despesa tributária com a alíquota nominal

O quadro a seguir é uma conciliação da despesa tributária apresentada e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária total de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social) sobre o lucro fiscal tributável.

	31.03.2019		31.03.2018	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro / Prejuízo antes do Imposto de renda (IRPJ) e da Contribuição social (CSLL).....	(154.772)	(154.772)	44.695	44.695
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente.....	38.693	13.929	(11.168)	(4.022)
Ajustes para a alíquota vigente:				
(a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes				
Prejuízo fiscal/Base negativa apurada no período.....	(41.389)	(14.900)	-	-
Outros.....	(473)	(170)	9.325	1.958
(b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias não constituídas.....	617	222	(32.733)	(11.784)
Receita / (Despesa) contabilizada.....	(2.552)	(919)	(34.576)	(13.848)
Despesa de imposto de renda e contribuição social composta por:				
Corrente.....	-	-	(26.344)	(10.557)
Diferido.....	(2.552)	(919)	(8.232)	(3.291)
Total no resultado.....	(2.552)	(919)	(34.576)	(13.848)
Alíquota Efetiva	-1,6%	-0,6%	77,4%	31,0%

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

O negócio da Companhia compreende principalmente a geração de energia para venda a grandes consumidores (mercado livre) e empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado regulado). Em 31.03.2019, os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros aproximavam-se dos valores contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	31.03.2019	31.12.2018
Ativos Financeiros		
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5).....	2.160.424	410.886
Valores a receber (Nota 6).....	161.641	240.802
Ativo disponível para reversão (Nota 11).....	1.949.430	1.949.430
	4.271.495	2.601.118
Passivos Financeiros		
Avaliados ao Custo amortizado		
Empréstimos e Financiamentos (Nota 15)...	1.985.574	215.636
	1.985.574	215.636

26.1 Índice de Endividamento (Liquidez)

	31.03.2019	31.12.2018
Índice de Endividamento		
Empréstimos e Financiamentos (Nota 15).....	1.985.574	215.636
Caixa e equivalente de Caixa (Nota 5).....	(2.160.424)	(410.886)
Dívida Líquida.....	(174.850)	(195.250)
Patrimônio Líquido.....	6.945.826	7.102.066
Índice de Endividamento Líquido	-2,5%	-2,7%

Notas Explicativas

A tabela abaixo apresenta os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondente ao exercício remanescente no Balanço Patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Vencimentos				Total
	1 ano	2 anos	5 anos	Mais de 5 anos	
Em 31 de março de 2019					
Empréstimos e Financiamentos (Nota 15).....	205.733	-	1.017.513	762.328	1.985.574
Em 31 de dezembro de 2018					
Empréstimos e Financiamentos (Nota 15).....	214.556	-	33	1.047	215.636

26.2 Risco de Taxa de Câmbio

O endividamento e o resultado das operações da Companhia são afetados significativamente pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano).

Passivos	Saldo Contábil	
	31/03/2019	31/12/2018
Empréstimos e Financiamentos Dólar Americano - US\$ (Nota 15)	172.317	210.882
Total	172.317	210.882

Análise de sensibilidade do Risco de Taxa de Câmbio

A CESP considera que o risco de estar passiva em moeda estrangeira é a elevação da cotação do dólar-norte americano (PTAX) nos contratos de empréstimos e financiamentos captados em moeda estrangeira, que impactam as despesas financeiras do período.

Em atendimento ao disposto na instrução CVM nº 475/08, e conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7, para determinação dos efeitos da variação desfavorável nas taxas de câmbio, utilizando neste passivo o cenário divulgado no relatório Focus (BACEN) de 31.03.2019, a Companhia adotou os cenários de variações negativas mínimas definidas pela referida instrução e equivalentes a 25% e 50% sobre as respectivas taxas de câmbio utilizadas na determinação dos cenários provável, possível e remoto.

Moedas	Previsão	Apreciação da Taxa em	
		25%	50%
Dólar Americano: US\$/R\$	3,89	4,86	5,83

Com base na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31/03/2019, a Companhia, adotando cenários de variações, estimou que o impacto sobre o saldo devedor seria próximo aos indicados nas colunas cenários no quadro a seguir:

Passivos	Saldo em 31/03/2019	Impacto		
		Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Empréstimos e Financiamentos Dólar Americano - US\$	172.317	-	42.378	84.756
Total	172.317	-	42.378	84.756

Notas Explicativas

26.3 Risco de Taxa de Juros / Inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição da modalidade de suas dívidas.

Passivos Vinculados às taxas:	Saldo Contábil	
	31/03/2019	31/12/2018
Moeda Nacional	1.813.257	4.754
TAXA FIXA	3.465	4.754
CDI	1.809.792	-
Moeda Estrangeira	172.317	210.882
UMBNDDES	171.065	209.743
LIBOR	1.252	1.139
Total	1.985.574	215.636

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e inflação

A CESP considera que o risco de estar passiva em contratos que, além de taxa fixa e "spread", tenham custos atualizados com taxas de juros pós-fixadas, é a elevação destas taxas e consequente aumento das despesas financeiras relativa ao passivo, captado em moeda estrangeira.

A Companhia agrupou o passivo por taxas contratadas e elaborou análise de sensibilidade, em consonância com a Instrução CVM nº 475/08 e conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. No passivo em moeda estrangeira foi considerada a conversão para reais com a mesma paridade de fechamento do presente demonstrativo, para refletir apenas as alterações de cenários de taxas de juros.

Taxa % a.a.

Índices	Previsão	Apreciação da Taxa em	
		25%	50%
CDI	6,72%	8,40%	10,08%
UMBNDDES	4,57%	5,71%	6,85%
LIBOR	2,63%	3,28%	3,94%

O resultado desta análise reflete o impacto das taxas sobre o resultado no curto prazo (abril/2019 à março/2020), considerando a apropriação de juros (juros a serem incorridos) até a data de cada vencimento, conforme quadro a seguir:

Risco	Saldo em 31/03/2019	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Varição do CDI	1.809.792	2.500	21.460	40.191
Varição da UMBNDDES	171.065	125	796	1.486
Varição da LIBOR	1.252	4	27	50
Total	1.982.109	2.630	22.283	41.728

26.4 Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento – o concentrado número de seus clientes, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; e (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento – o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento. Em 31 de março de 2019 a Administração da Companhia entende que não existem situações de exposição de risco de créditos que pudessem afetar, de forma significativa, suas operações e resultados futuros.

Notas Explicativas

26.5 Instrumentos Financeiros Derivativos

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 550/2008, de 17 de outubro de 2008, a Companhia informa o que segue:

(a) Política financeira adotada pela Companhia

A Companhia não adota a política de utilizar-se de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia tem uma dívida de R\$ 1.985.574 em 31 de março de 2019, grande parte reestruturada com instituições financeiras nacionais e internacionais nos últimos anos.

(b) Controles internos e operacionais sobre contratação de operações financeiras

Com o objetivo de gerenciar os riscos associados a cada estratégia e a cada negociação com instituições financeiras, as operações financeiras de qualquer natureza são aprovadas pela Diretoria, podendo ser levadas ao Conselho de Administração, nas condições estabelecidas no estatuto social da Companhia.

(c) Operações de derivativos

A Companhia não contratou nenhuma operação de derivativos até 31 de março de 2019.

26.6 Valorização dos Instrumentos Financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de março de 2019 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos não difere dos valores demonstrados no balanço patrimonial da Companhia.

(b) Valores a Receber

Energia Livre e Energia de Curto Prazo: esses créditos decorrem basicamente de energia livre durante o período de racionamento e transações realizadas no âmbito da atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e foram registrados e valorizados com base nas informações disponibilizadas, baseados nos preços vigentes durante o ano na CCEE. Não houve transações relacionadas com estes créditos ou débitos que pudessem afetar sua classificação e valorização na data destas demonstrações intermediárias.

(c) Investimentos

Estão registrados ao custo de aquisição, sendo constituída provisão para sua redução a valor de mercado, quando requerido ou aplicável. O valor de mercado dos demais investimentos se aproxima de seus valores contábeis.

(d) Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

A Companhia possui ativos e passivos mensurados ao valor justo através do resultado, e outros passivos financeiros não mensurados ao valor amortizável, os quais podem ser comparados aos valores de captação de mercado.

Nas operações específicas do setor elétrico, financeiras subsidiadas e de renegociação, sem similar no mercado e com pouca liquidez, a Companhia assumiu que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil, em função das incertezas existentes presentes nas variáveis que deveriam ser consideradas na criação de um modelo de precificação.

A estimativa do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi elaborada através de modelo de precificação, aplicado individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título, portanto, corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva DI Pré Bovespa (juros de mercado em reais), como segue:

Notas Explicativas

Passivos	31.03.2019	
	Valor Contábil	Valor de Mercado
Moeda Nacional		
Debêntures 11ª Emissão	1.809.792	1.831.144
Total	1.809.792	1.831.144

26.7 Risco Hidrológico e GSF (Generation Scaling Factor)

A geração de energia elétrica da CESP depende diretamente de condições hidrológicas, uma vez que todo o seu parque gerador é hidrelétrico. A principal usina hidrelétrica da Companhia, UHE Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), que representa 94% de sua garantia física para venda, concentra-se na área de influência da bacia do rio Paraná, região oeste do Estado de São Paulo e opera a fio d'água.

A Garantia Física do sistema representa a máxima quantidade de energia possível de ser suprida em condição permanente a um dado critério de garantia de suprimento. A Garantia Física respectiva de cada usina corresponde ao limite de energia que ela está autorizada a comercializar através de contratos.

Os riscos de escassez de água devido às condições pluviométricas são cíclicos, porém essas ocorrências têm sido intensas nos últimos anos. Conforme a regulamentação atualmente vigente no setor elétrico, parte dessa escassez é coberta pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, instrumento que compartilha os riscos de geração insuficiente de energia entre todas as usinas hidráulicas integrantes desse mecanismo, captando as diferenças de sazonalidades das vazões nas diversas bacias hidrográficas, de forma a tentar neutralizar o impacto financeiro associado ao risco hidrológico proveniente do despacho centralizado que caracteriza o SIN – Sistema Interligado Nacional.

Quando a soma da geração das usinas integrantes do MRE não é suficiente para suprir a soma das garantias físicas desses empreendimentos ocorre o denominado GSF – *Generation Scaling Factor* inferior a 1, impactando financeiramente essas usinas pela razão entre sua garantia física e o montante efetivamente gerado, valorado ao PLD – Preço de Liquidação das Diferenças e liquidado mensalmente. Por esse motivo, o GSF pode afetar os resultados da Companhia e sua condição financeira, bem como a geração de fluxo de caixa futuro.

Por outro lado, quando a geração dessas usinas supera as garantias físicas, os agentes do MRE são beneficiados com a denominada “energia secundária”, que também é remunerada ao PLD.

Visando mitigar os impactos financeiros do risco hidrológico sobre a geração hidráulica no SIN, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 688/2015, posteriormente convertida na Lei nº 13.203/2015, apresentando um acordo de repactuação desse risco, com efeitos retroativos a 2015.

A CESP, após estudos e análises aprofundados, protocolou junto à ANEEL o requerimento de adesão à repactuação do risco hidrológico no ACR – Ambiente de Contratação Regulada, em que 350 MW médios contratados em 2016 e 230 MW médios contratados de 2017 até 2028 estão com riscos cobertos quanto ao GSF. Em relação ao ACL – Ambiente de Contratação Livre, a decisão foi pela não adesão, causada pela não atratividade confirmada, inclusive, pelos demais agentes setoriais.

26.8 Gerenciamento de Riscos relacionados às barragens

As barragens da CESP são todas do tipo “gravidade”, isto é, barragens de concreto, solo compactado e rocha, solidamente ancoradas às suas respectivas fundações, que foram estudadas e receberam tratamento para suportar o peso e os esforços das estruturas e dos reservatórios.

A UHE Porto Primavera está localizada entre os municípios de Rosana/SP e Bataguassu/MS e iniciou a operação em 1999. É constituída por uma barragem de concreto (margem esquerda) com 1.004,00(m) de comprimento e uma barragem de terra (margem direita) com 10.186,00(m).

A UHE Paraibuna está localizada no município de Paraibuna e iniciou a operação em 1978. É constituída por uma barragem principal de terra com 585,00 (m) de extensão.

Notas Explicativas

A UHE Jaguari está localizada no município de São Jose dos Campos e iniciou a operação em 1972. É constituída por uma barragem principal de terra com 435,00 (m) de extensão.

Em cumprimento da Lei Federal nº 12.334/2010 e aos requisitos e metodologia de segurança de barragem, regulamentada pela Agência Nacional de Águas – ANA/CNRH e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e conforme Resolução Normativa nº 696/2015, a CESP elaborou o Plano de Segurança de Barragens – PSB, contemplando entre outros o Plano de Ação de Emergência - PAE em caso da possibilidade de ruptura de barragem, sendo entregue aos Municípios e a Defesa Civil para elaboração dos planos de contingência.

Também fazem parte do PSB os procedimentos para realização das inspeções periódicas e análise do comportamento dos instrumentos de auscultação instalados nas estruturas das Barragens. Para tanto, são realizadas leituras nos instrumentos de auscultação civil pela equipe de Segurança de Barragens da CESP, com periodicidades estabelecidas, armazenando os dados no Sistema Informatizado de Segurança de Barragens – SICESP.

A CESP possui ainda uma rede de estações hidrométricas que monitora as chuvas e as vazões afluentes aos seus reservatórios que alimentam o sistema de operação juntamente com informações fornecidas pelo Operador Nacional do sistema Elétrico – ONS, responsável pela operação do sistema de usinas. Em casos de cheias extraordinárias utiliza o Sistema de Operação em Emergência – SOSEm, com procedimentos especiais de gerenciamento de risco, de acordo com a situação normal, atenção, alerta e emergência, sempre envolvendo a defesa civil local e regional.

Em 2018, a CESP preencheu e encaminhou à ANEEL o Formulário de Segurança de Barragem - FSB, estabelecendo a categoria de risco e dano associado, declarando que todas as suas Barragens encontram-se em Situação Normal de segurança e operação.

26.9 Risco de não renovação das concessões

A CESP detém a concessão de três usinas hidrelétricas, cujos vencimentos estão discriminados na tabela abaixo:

<u>UHE</u>	<u>Vencimento</u>
Jaguari.....	20/05/2020
Paraibuna.....	09/03/2021
Engº Sérgio Motta (Porto Primavera) *....	14/04/2049

(*) Vide Nota 28 “b” e “d”.

Nos termos das Leis Federais n.ºs 12.783/2013, 13.203/2015 e 13.360/2016 e Decreto Federal nº 7.805/2012, já foram solicitadas ao Poder Concedente a prorrogação das concessões das UHEs Jaguari e Paraibuna.

27. SEGUROS (Não revisado)

A Companhia possui contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidade, conforme demonstrado a seguir:

<u>Tipo</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Cobertura</u>	<u>Venc.to.</u>	<u>Valor Segurado</u>
D&O - Seguro de Administradores	Chubb Seguros S/A	Responsabilidade civil - D&O	06/2019	12.000
Riscos Patrimoniais	Chubb Seguros S/A	Máquinas e Equipamentos do Sistema de Geração das Usinas	06/2019	448.248

Obs.: O escopo dos trabalhos dos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Oferta Pública de Ações

Em 5 de abril de 2019, a CVM deferiu o registro da oferta pública de aquisição de ações ordinárias e preferenciais classe B de emissão da Companhia (“OPA”) a ser realizada pela VTRM Energia Participações S.A. em virtude da aquisição do controle da Companhia, cabendo à VTRM providenciar a publicação do instrumento da OPA. Nos termos do Edital publicado em 15 de abril de 2019, o qual contém o detalhamento desta oferta, o leilão da OPA será realizado no âmbito da B3 no próximo dia 24 de maio.

Notas Explicativas

b) Contrato de Concessão UHE Porto Primavera

Em 23 de abril de 2019, a ANEEL assinou o Contrato de Concessão de Uso de Bem Público para Geração de Energia Elétrica nº 01/2019 – ANEEL, que regula a exploração da UHE Porto Primavera por 30 anos, por meio do regime de Produção Independente de Energia Elétrica (“Contrato”). A data base do Contrato, para fins de contagem de prazo de outorga, é 15 de abril de 2019. A partir desta data, a garantia física da UHE Porto Primavera passa a ser de 886,8 MW médios, conforme determina a portaria MME 66/2018. Conforme definido no contrato, a Companhia pagará UBP durante 5 anos e todo ativo existente será depreciado pelas taxas ANEEL inclusive terrenos, limitado ao prazo de concessão.

c) Pagamento de Dividendos

Em 29 de abril de 2019, a Assembleia Geral Ordinária deliberou o pagamento de dividendos aos acionistas, no montante de R\$ 297.300, a ser pago em 15 de maio de 2019.

d) Pagamento do Valor da Outorga

Em 3 de maio de 2019, a CESP efetuou o pagamento da outorga no valor de R\$ 1.398.703. O valor será amortizado pelo prazo do contrato de concessão (30 anos).

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Em atendimento ao disposto nas práticas de Governança Corporativa, apresentamos a composição acionária da Companhia, bem como dos acionistas detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física.

1. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA CESP

Os principais acionistas da Companhia em 31 de março de 2019 são os seguintes:

	Quantidades de Ações - Em Unidades (a)							
	Ordinárias		Preferenciais		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Classe A	%	Classe B	%	Quantidade	%
VTRM ENERGIA E PARTICIPAÇÕES SA.....	51.045.878	46,76	-	-	14.464.135	6,86	65.510.013	20,00
SF NINETY TWO PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS SA.....	51.045.876	46,76	-	-	14.464.134	6,86	65.510.010	20,00
	102.091.754	93,52	-	-	28.928.269	13,72	131.020.023	40,00
Outros								
CENTRAIS EL. BRAS. S.A - ELETROBRÁS.....	37.633	0,03	6.664.526	90,23	-	-	6.702.159	2,05
CREDIT SUISSE SECURITIES (EUROPE) LIMITED.....	-	-	-	-	7.709.197	3,65	7.709.197	2,35
UBS AG, LONDON BRANCH.....	-	-	-	-	10.960.388	5,20	10.960.388	3,35
SPX INVESTIMENTOS.....	-	-	-	-	11.517.000	5,46	11.517.000	3,52
HSBC BANK PLC LONDON.....	-	-	-	-	17.503.259	8,30	17.503.259	5,34
SQUADRA INVESTIMENTOS.....	-	-	-	-	17.939.280	8,50	17.939.280	5,48
THE BANK OF NEW YORK - ADR DEPT.....	25.977	0,02	144.826	1,96	-	-	170.803	0,05
PESSOAS FÍSICAS.....	4.622.221	4,23	536.000	7,26	6.781.721	3,21	11.939.942	3,65
OUTRAS PESSOAS JURÍDICAS.....	2.384.123	2,18	11.906	0,16	109.609.435	51,96	112.005.464	34,20
OUTROS NÃO IDENTIFICADOS.....	6.093	0,01	29.065	0,39	-	-	35.158	0,01
	7.076.047	6,48	7.386.323	100,00	182.020.280	86,28	196.482.650	60,00
	109.167.801	100,00	7.386.323	100,00	210.948.549	100,00	327.502.673	100,00
Capital social integralizado por ações em R\$ Mil.....	1.991.815		134.767		3.848.851		5.975.433	

a) Inclui acionistas que individualmente são detentores de quantidade de ações em percentual inferior a 5% do capital votante.

(*) O acionista não disponibilizou a informação sobre a composição do capital social.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**1.1. Posição Acionária dos Detentores de mais de 5% das Ações de cada Espécie e Classe, até o Nível de Pessoa Física**

Posição em 31.03.2019						
Acionistas	Quantidades de Ações - Em Unidades					
	Ordinárias	%	Preferenciais B	%	Total	%
UBS AG, LONDON BRANCH	-	-	10.960.388	100,00	10.960.388	100,00
	-	-	10.960.388	100,00	10.960.388	100,00

Posição em 31.03.2019						
Acionistas	Quantidades de Ações - Em Unidades					
	Ordinárias	%	Preferenciais B	%	Total	%
SPX INVESTIMENTOS	-	-	11.517.000	100,00	11.517.000	100,00
	-	-	11.517.000	100,00	11.517.000	100,00

Posição em 31.03.2019						
Acionistas	Quantidades de Ações - Em Unidades					
	Ordinárias	%	Preferenciais B	%	Total	%
HSBC BANK PLC LONDON	-	-	17.503.259	100,00	17.503.259	100,00
	-	-	17.503.259	100,00	17.503.259	100,00

Posição em 31.03.2019						
Acionistas	Quantidades de Ações - Em Unidades					
	Ordinárias	%	Preferenciais B	%	Total	%
SQUADRA INVESTIMENTOS	-	-	17.939.280	100,00	17.939.280	100,00
	-	-	17.939.280	100,00	17.939.280	100,00

Informações não revisadas pelos auditores independentes

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**1.2. Posição dos Controladores, Administradores e Ações em Circulação em 31 de março de 2019 e 2018**

	Quantidades de Ações Em Unidades - 31.03.2019							
	Ordinárias		Preferenciais Classe A		Preferenciais Classe B		Total	
		%		%		%		%
Controlador e Grupo de Controle.....	102.091.754	93,52	-	-	28.928.269	13,71	131.020.023	40,00
Outros Acionistas.....	7.076.047	6,48	7.386.323	100,00	182.020.280	86,29	196.482.650	60,00
	<u>109.167.801</u>	<u>100,00</u>	<u>7.386.323</u>	<u>100,00</u>	<u>210.948.549</u>	<u>100,00</u>	<u>327.502.673</u>	<u>100,00</u>
Ações em Circulação.....	7.076.047	6,48	7.386.323	100,00	182.020.280	86,29	196.482.650	60,00

	Quantidades de Ações Em Unidades - 31.03.2018							
	Ordinárias		Preferenciais Classe A		Preferenciais Classe B		Total	
		%		%		%		%
Controlador e Grupo de Controle.....	103.897.660	95,17	-	-	28.928.269	13,71	132.825.929	40,56
Administradores:								
Conselho de Administração.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Diretoria.....	88	0,00	-	-	400	0,00	488	0,00
Conselho Fiscal.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Acionistas.....	5.270.003	4,83	7.399.122	100,00	182.007.131	86,29	194.676.256	59,44
	<u>109.167.751</u>	<u>100,00</u>	<u>7.399.122</u>	<u>100,00</u>	<u>210.935.800</u>	<u>100,00</u>	<u>327.502.673</u>	<u>100,00</u>
Ações em Circulação.....	5.270.003	4,83	7.399.122	100,00	182.007.131	86,29	194.676.256	59,44

Informações não revisadas pelos auditores independentes

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

CESP – Companhia Energética de São Paulo

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da CESP – Companhia Energética de São Paulo (a “Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Ativo disponível para reversão

Conforme mencionado na nota explicativa 11 às informações contábeis intermediárias, a Companhia possui reconhecido o montante de R\$ 1.949.430 mil na rubrica “Ativo disponível para reversão”, líquido de provisão, junto ao Governo Federal oriundo da indenização dos contratos de concessão encerrados das Usinas Três Irmãos, Jupia e Ilha Solteira. A Companhia pleiteia na justiça a determinação dos montantes dos ativos indenizáveis e formas de recebimento. Nosso relatório de revisão não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 31 de março de 2018, obtidas das informações trimestrais – ITR daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 31 de março de 2018 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 7 de maio de 2018 e 18 de março de 2019, respectivamente, com ênfase em relação ao ativo disponível para reversão.

Curitiba, 13 de maio de 2019

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça

Contador CRC 1SP196994/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da CESP – Companhia Energética de São Paulo, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Nossa Senhora do Sabará, nº 5312, Bairro de Pedreira, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 60.933.603/0001-78, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Intermediárias da Companhia do período findo em 31 de março de 2019; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às Demonstrações Intermediárias da Companhia do período findo em 31 de março de 2019.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da CESP – Companhia Energética de São Paulo, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Nossa Senhora do Sabará, nº 5312, Bairro de Pedreira, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 60.933.603/0001-78, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Intermediárias da Companhia do período findo em 31 de março de 2019; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às Demonstrações Intermediárias da Companhia do período findo em 31 de março de 2019.